



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIELLE SANTOS DE MIRANDA

**UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DA OBJETIVAÇÃO MULHER EM
DOCUMENTOS DO UNICEF**

BELÉM

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIELLE SANTOS DE MIRANDA

**UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DA OBJETIVAÇÃO MULHER EM
DOCUMENTOS DO UNICEF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.

Co-orientador: Dr. Ernani Pinheiro Chaves.

BELÉM

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFPA

Miranda, Danielle Santos de, 1985- Uma análise genealógica da objetivação
mulher em documentos do UNICEF / Danielle Santos de Miranda. - 2012.

Orientadora: Flávia Cristina Silveira Lemos; Coorientador: Ernani Pinheiro
Chaves. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Belém, 2012. 1. Adolescentes (meninas) Brasil. 2. Assistência a menores
Brasil. 3. Genealogia. 4. UNICEF. 5. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Título.

CDD 22. ed. 155.50981

DANIELLE SANTOS DE MIRANDA

**UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DA OBJETIVAÇÃO MULHER EM
DOCUMENTOS DO UNICEF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.

Co-orientador: Dr. Ernani Pinheiro Chaves.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr.^a Flávia Cristina Silveira Lemos - Orientadora
(Universidade Federal do Pará)

Dr. Ernani Pinheiro Chaves - Co-orientador
(Universidade Federal do Pará)

Dr.^a Dolores Cristina Gomes Galindo - Membro
(Universidade Federal do Mato Grosso)

Dr.^a Heliana de Barros Conde Rodrigues - Membro
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Belém, 01 de outubro de 2012.

À minha avó Regina,

À minha mãe e ao meu pai.

O presente trabalho foi financiado pela FAPESPA,
Órgão do Governo do Estado do Pará destinado a apoiar e fomentar o
desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Estado.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, FAPESPA, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao intercâmbio PROCAD/CAPES, que me auxiliou na realização de um semestre de atividades no Rio de Janeiro, na UFRJ.

A minha orientadora Profa. Flávia Lemos, por todos esses anos de importantes aberturas de espaços de inquietações, pelas instigações e forças.

À Profa. Dolores Galindo, por ter aceitado participar da banca de defesa desta dissertação e contribuir com suas arguições neste momento.

À Profa. Heliana Conde, por todas as instigações e por ter aceitado participar da banca examinadora deste trabalho de defesa e ainda por ter proporcionado discussões importantes desta pesquisa no período da qualificação da mesma.

Ao Prof. Ernani Chaves, por seus enfáticos posicionamentos e discussões e por ter aceitado ser membro desta banca examinadora de defesa e ainda por ter contribuído na qualificação deste estudo com valiosas sugestões.

Ao Prof. Guilherme Castelo Branco, pela acolhida na sua matéria na UFRJ e pela relevante contribuição filosófica.

A minha avó Regina Santos, por toda força e por acreditar em mim.

Aos meus pais, Georzeane Miranda e Rui Miranda, por todos os anos de cuidados e dedicação, e ao meu irmão Daniel Miranda.

A minha companheira Samira Luz, pelo amor e parceria de todos esses anos.

A Alyne Alvarez e Dani Vasco, por toda bela amizade e pelos apoios mútuos.

A Mariana Farnesi e Schweyka Oliveira por todos os nossos longos e preciosos anos de amizade.

Ao Eric Alvarenga, amigo para todas as conversas e trocas.

A Amanda Pontes e Giovanni Taytelbaum, por estarem sempre tão longe e tão perto.

A Darlene Cardoso, Letícia Lira, Marcelo Brasil, e Amanda Raña, pela amizade e pelos nossos potentes encontros de vida.

A Sue Costa e John Flechter, pelos momentos cinematográficos e literários, incluindo o *Toda Quarta*.

A Daniela Reis, pela parceria no meu período de bolsista de iniciação científica.

A Geise Gomes, pela sua importante e amiga proximidade e disposição no meu trabalho de conclusão de curso de graduação.

À ABRAPSO Belém, e em especial as muito queridas Amanda Cruz, Lúcia Lima e Larissa Medeiros.

Ao grupo Transversalizando, em especial às parceiras Cris Santos e Carol Franco, por todas as relevantes discussões e trocas afetivas.

Aos amigos da UERJ, pelos momentos para além da sala de aula e pelas ótimas recepções.

Às amigas e aos amigos no Rio, por todos os risos, artes e ajudas.

Aos professores do PPGP/UFPA e aos colegas de turma, que estudaram comigo no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

A UFPA por ter me recebido e acolhido e possibilitado realizar esta pesquisa.

Aos funcionários do IFCH e ao Ney, secretário do PPGP por me auxiliar nos encaminhamentos burocráticos desta pesquisa durante os anos de mestrado em Psicologia.

“Habitualmente nos empenhamos em alcançar, ante todas as situações e acontecimentos da vida, uma atitude mental, uma maneira de ver as coisas – sobretudo a isto se chama ter espírito filosófico. Para enriquecer o conhecimento, no entanto, pode ser de mais valor não se uniformizar desse modo, mas escutar a voz suave das diferentes situações da vida; elas trazem consigo suas próprias maneiras de ver. Assim participamos atentamente da vida e da natureza de muitos, não tratando a nós mesmos como um indivíduo fixo, constante, único.” (NIETZSCHE, 2005, p. 261)

UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DA OBJETIVAÇÃO MULHER EM DOCUMENTOS DO UNICEF

RESUMO

Agências internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), objetivam ser guardiães das crianças e dos jovens, visando garantir e defender o cumprimento e a promoção dos direitos desses segmentos. Tais práticas estão constituídas por saberes heterogêneos ancorados em eixos programáticos enquadrados sob o modo de preocupações, como a observância da objetivação gênero na política de proteção às crianças e adolescentes brasileiras. Desta maneira, após leituras dos documentos do UNICEF, pode-se verificar a presença de um processo de objetivação das relações de gênero e, em especial, da objetivação mulher como um vetor delineador das políticas públicas propostas por este organismo para a defesa dos direitos de crianças e jovens. Desse modo, com a proposta de estudar esta problemática, construiu-se esta dissertação de mestrado em Psicologia, utilizando pistas da genealogia em Michel Foucault para interrogar as práticas de objetivação do objeto mulher em relatórios do UNICEF, no Brasil, dos anos de 2007 a 2009.

Palavras-chave: Genealogia. Mulher. Documento. UNICEF. Brasil.

GENEALOGICAL ANALYSIS OF THE WOMAN OBJECTIFICATION IN UNICEF DOCUMENTS

ABSTRACT

International agencies such as the United Nations Children's Fund (UNICEF), connected to the United Nations (UN), aim to be guardians of children and young people in order to ensure compliance and to defend and promote the rights of these segments. Such practices are constituted by heterogeneous knowledge anchored in programmatic axes framed in the manner of concerns, such as the observance of gender objectification in policy to protect children and adolescents in Brazil. Thus, after reading the documents of UNICEF, we can verify the presence of an objective process of gender relations and in particular, the objectification of women as an eyeliner vector of public policies proposed by this body for the rights of children and youth. Thus, we built this master's thesis in psychology with the purpose of studying this problem, using clues from the genealogy of Michel Foucault to question the practices of objectification of woman object in reports of UNICEF, in Brazil, from 2007 to 2009.

Keywords: Genealogy. Woman. Document. UNICEF. Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDM – Cúpula de Desenvolvimento do Milênio

DAW – Divisão para o Avanço das Mulheres

ECOSOC – Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAPESPA – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INSTRAW – Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher

ONU – Organização das Nações Unidas

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução	15
1 Documentando Objetivações de Mulher no/do UNICEF no Mundo	20
1.1 Construções Históricas do Objeto Infância e Família.....	22
1.2 O UNICEF e o investimento na Infância.....	24
1.3 A agência UNICEF e Objetivações de Mulher no Mundo.....	26
1.4 Forjando Relações Gênero e o Objeto Mulher.....	45
1.4.1 Objeto Relações de Gênero.....	46
1.4.2 Relações de Gênero e UNICEF.....	51
1.4.3 Construções do Objeto Mulher.....	52
1.4.4 Mulher e o Dispositivo Família.....	56
1.4.5 Mundialização e Corpo das Mulheres Vinculado ao UNICEF.....	58
2 Genealogia sob Pistas de Foucault	63
2.1 Genealogizando.....	63
2.2 Disciplina, Biopolítica e Governo da Vida.....	66
2.3 As Práticas do UNICEF e Governamentabilidade.....	70
3 Documentando Objetivações de Relações de Gênero no/do UNICEF no Brasil	73
3.1 Políticas Públicas para a Família e Mulheres no Brasil.....	73
3.2 Construções Históricas do Objeto Infância no Brasil.....	75
3.3 Políticas Públicas para a Infância e Documentos do UNICEF no Brasil.....	78
3.4 Séries nos Documentos.....	80
3.4.1 Saúde/Reprodução para Higiene de Mulheres e Meninas.....	80
3.4.2 Educação para Disciplina de Mulheres e Meninas.....	81
3.4.3 Violação dos Corpos e Direitos de Mulheres e Meninas.....	83
3.4.4 Mulher, Sexo e Biopolítica.....	84
3.5 UNICEF no Brasil para o Governo da Família, da Infância e da Mulher.....	85
Conclusões	88
Considerações Finais	93
Referências	96

Apresentação

Há alguns anos, os encontros com discussões de psicologias nomeadas sociais e críticas, enquanto permitiram que se desfizessem alguns nós de questionamentos, ataram-me a outros aos quais se compuseram deslocamentos para lugares inusitados e jamais pensados nas, também minhas, práticas em psicologia e na vida.

As terças de grupo de estudo no Núcleo de Práticas Discursivas aliaram-se às movimentações da Associação Brasileira de Psicologia Social, núcleo Belém, e também às inquietações, afetos, trabalhos acadêmicos e outros nem tanto.

Outra conjunção se deu no grupo de estudos e pesquisas Transversalizando, onde afetos outros foram agenciados e tantos efeitos mais. Todos estes locais, é importante frisar, compuseram-se e ainda compõem-se como valiosos espaços de problematizações de práticas e dizem como me subjetivo como pesquisadora e me insiro nos campos de lutas políticas.

Neste ínterim dos grupos extrassala de aula aconteceram os primeiros contatos com a temática de estudo de relações de gênero, ainda na iniciação científica, com a investigação de algumas diferenças entrecortadas por essa temática de gênero em atividades de lazer de adolescentes moradores de locais mais afastados do centro da cidade e, seguidamente, daqueles habitantes que eram subjetivados como ribeirinhos.

Após estes acontecimentos, tive contato com alguns textos que considero críticos, que traziam o aporte de Foucault como referência e eram debatidos nos grupos de estudos. Esta possibilidade conectou-me ao interesse de dar prosseguimento a uma pesquisa que eu já havia iniciado no trabalho de conclusão do curso de graduação em psicologia, cujo tema específico era a violência cometida contra pessoas que se subjetivam mulher, de acordo como ela é descrita na lei Maria da Penha. À época, foi realizada uma análise histórica, em uma perspectiva genealógica de práticas de profissionais nomeados psicossociais de uma Vara do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, situada em Belém/PA.

Ao término da graduação, resolvi continuar os percursos da vida acadêmica, optando por me candidatar ao mestrado em psicologia, no qual ingressei e, na sequência, após pleitear uma bolsa da FAPESPA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará), consegui conquistá-la como fomento ao estudo que era iniciado nesta nova empreitada.

Tais acontecimentos marcaram, marcam-me e ainda têm se configurado como efeitos de potentes alianças e desejos de realizar trabalhos que ampliem meu foco de discussão dos/nos campos de lutas das inflexões a respeito do objeto relações de gênero; envolvendo, analiticamente agora, as ferramentas dos mecanismos de biopoder na problematização crítica das prescrições pretensamente “universais” do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cujos documentos já estavam sendo estudados no grupo de estudo Transversalizando no qual eu ingressara próximo ao mestrado, em uma ampla rede de estudos documentais de práticas de organismos multilaterais no Brasil.

Agora, com todas as marcas da implicação deste percurso em permanente análise, apresento as linhas iniciais deste documento de dissertação de mestrado cuja tessitura ocorrerá de maneira histórica e, pretensamente, genealógica. Ele subdividir-se-á em: 1) Introdução, onde será explanado de modo geral o trabalho, junto a sua justificativa e ao objetivo geral; 2) Documentando Objetivações de Mulher no/do UNICEF no Mundo, no qual se analisará o relatório mundial do UNICEF sob o duplo dividendo da igualdade de gênero para mulheres e crianças e se relatará sobre as objetivações de relações de gênero e sua conexão com as práticas dirigidas às mulheres, evidenciado sua historicidade no que tange ao Brasil; 3) Genealogia sob as pistas de Foucault, em que se encontrará uma apresentação das perspectivas teóricas que me auxiliaram a forjar este trabalho; 4) Documentando Objetivações de Relações de Gênero no/do Unicef no Brasil, onde localizar-se-ão as análises parciais dos relatórios publicados por esta agência por meio do recorte das séries discursivas organizadas até o momento; 5) Conclusões; 6) Considerações Finais; e, por fim, 7) Referências.

Introdução

Iniciando, então, os primeiros passos deste trabalho, frisamos sobre seu objetivo de, primordialmente, realizar uma análise a respeito dos modos genealógicos, da emergência do objeto mulher e, desta maneira, também questionar as práticas, os jogos de saber-poder-subjetivação e as proposições de gestão dos corpos da mulher no Brasil.

Este trabalho foi realizado a partir da interrogação de relatórios do UNICEF, um descritivo da situação mundial da infância, mas com foco específico em um “duplo dividendo da igualdade de gênero”, referindo-se à mulher e à criança; e de outros relatórios de anos subsequentes, direcionados à situação da infância no Brasil. A escolha do primeiro relatório ocorrera devido a ser o único publicado no site do UNICEF Brasil associado diretamente à temática mulher. Os demais relatórios foram selecionados por serem os mais próximos específicos da situação brasileira, publicados em anos próximos ao correspondente à temática mulher.

Como aportes para este trabalho, consultaram-se diversos modos de referências, em livros, artigos, teses e dissertações, encontradas em bases indexadas como: SCIELO Brasil, SCIELO.org, GOOGLE SCHOLAR, Portal de Periódicos CAPES. Estes materiais eram encontrados em bibliotecas de universidades, virtuais, acervos de professores, amigos, orientadora ou mesmo próprios.

Desta maneira, rumo ao objetivo proposto, analisar-se-á os embates entre as práticas heterogêneas compostas no objeto relações de gênero e no objeto mulher, além das relações de força e de saber-poder-subjetivação imanentes a estas práticas prescritas nos documentos do UNICEF, destacando o levantamento de literatura referente aos temas atravessados na pesquisa. Tais práticas (VEYNE, 2003) envolvem a desnaturalização dos objetos, neste trabalho relações de gênero e mulher que foram primordialmente problematizados e, portanto, analisados sem uma essência e cujos processos operadores são constituídos por diversas práticas consideradas heterogêneas.

Em vista disso, nota-se que, há mais de sessenta anos, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente às suas agências, como o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizam ações de recomendação para muitos países, a fim de instaurar o que

designam como a “paz” e a “segurança mundiais”, sob a retórica de garantia dos direitos humanos.

Esses organismos multilaterais prescrevem proposições de políticas sociais a diversos países a fim intervir nas políticas públicas dos mesmos, em diferentes áreas de atuação (ROSEMBERG, 2002). Desta maneira, tais organizações imprimem alta força nas instâncias de atuação do Estado e obtém acesso a informações e estatísticas privilegiadas dos países e de uma legitimidade de modelos técnico-científicos, os quais se pretendem de ordem inquestionável. Essa união de exercício do poder para acesso a estatísticas privilegiadas e para projetar políticas públicas em vários países desenha um modo de governo nomeado como biopolítica (FOUCAULT, 2009b), no qual se constroem estratégias com objetivo de estruturar ações sobre o campo de ação dos outros, para controlar certo território e população.

No caso do UNICEF, alvo desta pesquisa, suas práticas consistem em atos com possibilidade de serem orientadas para efetivar o governo, com variados efeitos, de corpos de crianças e adolescentes e em nome da proteção desta clientela nos vários países membros do Sistema Nações Unidas; ou seja, dos países ratificadores das convenções mundiais de cunho temático, realizadas para a assinatura de pactos, planos e projetos, considerando-se os pertencentes a ONU como países mais indicados para responderem sobre as temáticas em discussão, pois se tratam de peritos nos aspectos nomeados transversais dos “direitos humanos”, a gama de “direitos básicos” aos quais todos os humanos devem/riam ter acesso.

Em relação ao Brasil, há ampla atuação das agências ligadas à ONU e, também, do UNICEF, desde o fim da II Guerra Mundial, quando estes organismos foram criados. O Fundo das Nações Unidas para a Infância, em seu plano principal, objetiva agir como um articulador político de outras entidades locais, regionais, nacionais e internacionais, a fim de estabelecer alianças e convênios com órgãos governamentais e não governamentais em campanhas, por exemplo, de imunização e de aleitamento, para obter inserção no planejamento e execução de políticas públicas para os países, tanto em suas microrregiões quanto em suas cidades.

O UNICEF existe no Brasil desde o ano de 1950, mais exatamente, onde realiza a proposição de práticas (UNICEF, 2009a) para ampliar o acesso à educação e à saúde para crianças e adolescentes, bem como práticas de combate ao trabalho infantil-juvenil e à violência. Desta maneira, esta agência constrói programas de ações para efetuar uma tentativa de atingir uma igualdade de indicadores socioeconômicos, no que tange aos modos de vida

das crianças e adolescentes – curiosamente, visam que esses modos relacionados a essa população sejam atentados, pois constituirão o “futuro da nação”.

Para então reunir as informações necessárias para sugerir essas práticas, o UNICEF, com apoio dos seus escritórios encontrados em todo território nacional, escreve relatórios anuais (UNICEF, 2007b; UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b) dando publicidade aos indicadores sociais, econômicos e de desenvolvimento da infância e juventude brasileira, a partir dos quais elaboram táticas de monitoramento das políticas públicas direcionadas a estas populações pelo Estado, passando a exigir medidas de melhoria de vida a elas. Estes mesmos escritórios realizam a tradução de relatórios mundiais que contenham informações relevantes ao país (UNICEF, 2007a) para o idioma corrente deste último, nesta circunstância, o português.

Esses relatórios são construídos por equipes especializadas de pesquisadores, funcionários fixos ou contratados pelos escritórios do UNICEF presentes em todas as capitais do país, entretanto com atividades de construção mais centradas no escritório da cidade de Brasília. Em seus projetos específicos, o UNICEF conta ainda com o apoio de organismos governamentais ou não, fundações e universidades, tanto na produção de estatísticas quanto na escrita e análise constituintes dos relatórios e de outros materiais divulgados por esta agência, como cartilhas, cartazes. Por meio dessa produção, o UNICEF visa mobilizar os nomeados “parceiros”, instituições diversas que lidam com o tema da infância, a agirem juntos para a visibilidade da situação da infância e juventude brasileira.

Em um primeiro momento da experiência do UNICEF no país, esta agência atrelava suas ações ao atendimento à saúde materno-infantil; anos depois, ampliou seu foco para a promoção, a defesa e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Há nos documentos vários descritores ou indicadores da situação da criança e adolescente no mundo (UNICEF, 2007a) e no Brasil (UNICEF, 2007b; UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b), como os índices relacionados ao quesito acesso à saúde e à educação, os demográficos de taxas de natalidade e de mortalidade, a gravidez na adolescência, o tipo de partos aos quais as mulheres mães são submetidas, o número de consultas de pré-natal realizadas, os índices de exploração sexual e de outras formas de violência, as taxas de evasão escolar e de repetência, as condições de trabalho dos profissionais que atendem crianças e adolescentes, a cobertura de vacinação e de registro civil e tantos outros indicadores minuciosos.

Assim, o UNICEF assinala suas sugestões nestes temas de como o Brasil deve(ria) cuidar deste segmento da população tal como se realizasse um investimento, de

modo mais incisivo, sobretudo, na primeira infância em relação à saúde e à educação, pois, segundo esta agência, é neste período que se formam as bases para forjar um futuro adulto com maior renda e, portanto, com potencial para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. Segundo os relatórios, a infância é uma fase que deve ter prioridade no cuidado e é considerada relevante enquanto fase da vida e período de desenvolvimento de habilidades para independência econômica na etapa adulta (UNICEF, 2007b; UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b). Para isso, torna-se fundamental programar políticas convergentes, aliadas às práticas do Estado, no sentido de proteger a infância e a juventude do país.

Neste sentido, faz-se relevante interrogar-nos a respeito das finalidades e de como se configuram as práticas do UNICEF, além dos efeitos possíveis sobre os corpos da população brasileira. Para tanto, esse trabalho dedica especial atenção à análise dessas práticas frente aos questionamentos de relações de gênero e como estas são dirigidas aos corpos de mulheres, ambos tomados como objetos (VEYNE, 2003), como invenção, pois emergiram a partir de processos históricos e de criação, com os deslocamentos, rupturas, dessencializações passíveis a eles. Questiona-se sobre quais estratégias e relações de saber-poder-subjetivação constituem essas práticas e como emergem ao acaso das forças.

Conectando-se a esses questionamentos, a presente pesquisa faz uso das discussões de Foucault (FOUCAULT, 2005a; FOUCAULT, 2006a; FOUCAULT, 2008b; FOUCAULT, 2009a) e de seu percurso genealógico para nos auxiliar na análise de documentos do UNICEF; e também das discussões de várias estudiosas (RAGO, 1998; BUTLER, 2003; SCOTT J. W., 2005) com debates críticos sobre as relações de gênero, frisando-as histórica e descontinuamente, sem afirmar identidades fixas e questionando as dualidades de gênero, como masculino e feminino, homem e mulher, em geral associados a um modelo biológico.

As indagações antes referidas configuram elevada importância na atual sociedade brasileira, para ampliar as problematizações sobre as práticas de objetivação de mulheres neste país, em especial as práticas descritas nos relatórios do UNICEF, de modo veemente associando as mulheres às melhores condições de vida e acesso aos direitos de crianças e adolescentes no país, e mencionando sobre a necessidade de políticas públicas interligadas entre estas populações, sem apontar outras mais.

Sobre os direitos da criança e do adolescente, vale considerar a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na década de 90 do século XX, período em que comportara-se acentuada visibilidade da discussão sobre direitos de crianças e adolescentes

(CONANDA, 2003), para então fornecer-lhes mais espaços de vida, menos espaços de violência e garantir-lhes acesso a políticas públicas. Quando foi criado, o Estatuto evidenciou a atenção também do Estado para com as crianças e adolescentes brasileiros e, aliado a outros agentes, como organizações não governamentais nacionais ou internacionais, toma a posição de “guardião” dos direitos (TONELI, 2004) e da tutela. Tanto organismos do Estado quanto agências internacionais de cooperação como o UNICEF se inserem na operação de políticas públicas (LEMOS, 2008) e, a propósito disso, nos questionaremos sobre as práticas e políticas públicas operadas por esta última organização.

Assim, no próximo item abrir-se-á discussão a respeito do relatório mundial do UNICEF no que tange a situação infância e adolescência, com foco no “duplo dividendo” da igualdade de gênero, mencionada a sua necessidade de ser sanada para a melhoria de vida de crianças e adolescente no mundo.

1 Documentando Objetivações de Mulher no/do UNICEF no Mundo

Algumas organizações não governamentais e ou pesquisadores são contratados pelo UNICEF para construção dos seus relatórios, onde são apresentados indicadores sociais relativos à infância e adolescência no mundo e no Brasil para proteção e desenvolvimento econômico dessas populações na direção de uma erradicação da pobreza e da iniquidade (UNICEF, 2007b; UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b), incluindo das relações de gênero (UNICEF, 2007a).

O acesso a esses relatórios elencados para a pesquisa se realizou de maneira direta, pois eles encontram-se disponíveis publicamente em uma biblioteca virtual na página na internet da agência do UNICEF Brasil. Para escolha dos relatórios a serem analisados, foi utilizado o critério de tratarem de diversos assuntos relacionados à criança e à objetivação mulher no Brasil e no mundo; por isso fora selecionado o relatório “Situação Mundial da Infância – Mulheres e Crianças: O Duplo Dividendo da Igualdade de Gênero” (UNICEF, 2007a), por discutir mais especificamente o objeto mulher ao nível mundial e os relatórios sobre a situação da infância brasileira (UNICEF, 2007b; UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b), por tratar-se do subsequente ao anterior publicado de maneira específica sobre o Brasil.

Tais relatórios foram tomados como documentos, mas não com objetivo de buscar “memórias” de uma determinada época histórica passada a partir das temáticas descritas nos relatórios – realizar essa memorização deste passado destinava-se a uma história tradicional (LE GOFF, 2003) atenta a gravar o monumento para transformá-lo em documentos.

Assim, optamos por analisar o documento de outros modos e, para tanto, baseamo-nos em Foucault (2009a) a fim de considerarmos as condições de produção histórica e uma descrição pormenorizada dos documentos, uma arqueologia dos monumentos construídos a partir deles. Esses documentos, por sua vez, são considerados monumentos, pois se constroem por forças históricas e pela triagem dos historiadores; ambas agem de modo a preservar alguns e excluir outros documentos.

Ao assumirmos o documento como monumento, arranjamo-lo como uma armação, uma construção de práticas atravessadas de relações de saber-poder e desconsideramos um documento como primário ou inócuo e em serviço do passado (LE

GOFF, 2003), porém edificado por uma produção da sociedade de acordos com arranjos de relações de forças e suas emergências.

Rearranjamos e desmontamos esse documento, para então compormos as evidências de seus contornos de monumento, bem como suas condições concretas de produção histórica (LE GOFF, 2003). Ao documento correspondem práticas com uma perspectiva social, econômica, jurídica, política, cultural, cujas roupagens se propõem por um novo modo de fazer história a serem discutidas, analisadas e articuladas a um momento histórico específico. Logo, as condições de produção desse documento precisam ser minuciosamente estudadas, evidenciando-se as tensões e disputas, além dos jogos de poder engendrados, e abrindo-se espaços às problematizações dos acontecimentos os quais geram o alvo principal da pesquisa (LE MOS, GOMES, MEDEIROS, & SILVA, 2010).

Adicionamos que esses documentos também podem ser tomados como objetos, os quais se fazem imprescindíveis, em especial para as instituições, as quais o utilizam para construir como uma “identidade” (PEIRANO, 2009), segundo a autora, espécime de “prova material” para se definir o sujeito. Os documentos remetem a uma comprovação de existência, de alguém, alguma coisa, instituição; eles paradoxalmente permitem várias vantagens para seus detentores, mas também os expõem a situações de controle externo.

Os objetos possuem vários sentidos e nexos (SILVEIRA & FILHO, 2005), remetem a um lugar e operam de modos dispersos ligados às experiências dos sujeitos com e no mundo. Assim, inscrevem uma historicidade destes sujeitos, mas não qualquer uma; ela remonta especificamente a um tempo dinâmico, construído na dispersão e inscrito sobre documentos, escritos ou não. Eles referem-se a uma construção cultural e de uma historicidade realizada em uma época e materializada como estes referidos documentos. Por conseguinte, esses objetos realizam a impressão de marcas nos sujeitos, de modo a viabilizar corpos e um tipo de patrimônio.

Sobre os objetos discutidos nesta pesquisa, tratamos primordialmente relações de gênero (capítulo 3) e mulher, de quem iniciaremos mais detalhadamente debate a partir do próximo item. De modos menos atidos, também discutiremos os objetos família, criança e adolescente, por tratarem-se dos alvos privilegiados da organização UNICEF.

1.1 Construções Históricas do Objeto Infância e Família

Para situarmos a atuação do UNICEF direcionado à infância no mundo, daremos destaque inicialmente à historicidade do objeto infância e correlativa emergência com o objeto família, para então inserirmo-nos especificamente na descrição geral das ações da agência em diversos países do mundo, em especial dos em desenvolvimento. Afinal, consideramos infância e família como construções e, desta maneira, emergentes sob algumas condições históricas.

Antes do século XII, no então período medieval, nem a arte nem os saberes realizavam referências à infância a fim de descrevê-la, talvez por não existirem muitos espaços para ela naquele período (ARIÈS, 2011). Quando se mencionava uma criança na arte, ainda assim ela era pintada com músculos, em uma escala maior ou com nudez, algo distante do que atualmente nomeia-se infância.

As crianças eram retratadas como secundárias, inicialmente a partir de uma iconografia religiosa com a infância de Jesus; depois com outros temas religiosos para retratar a infância de Maria e outros personagens bíblicos, do século XIV até o século XVII. Entretanto, nestes retratos, elas estavam por diversas vezes acompanhadas de outros personagens bíblicos. Isso ocorrera em consonância com a emergência de histórias de crianças em contos e lendas descritos na literatura (ARIÈS, 2011).

Associados a essas modificações no âmbito da arte, ocorreram transformações nos hábitos das populações nos modos de lidar com esta fase da vida e a conseguinte emergência da infância a partir do século XIII (ARIÈS, 2011). Passara então a ser descrito por meio da arte o corpo, os hábitos e a fala de uma criança pequena, anteriormente considerada objeto miniatura dos adultos, pois na sociedade medieval era inexistente o sentimento de infância. Tal sentimento não correspondia a uma afeição a crianças, mas sim uma notificação de diferenças as quais distinguem crianças dos adultos.

Como miniatura de adultos, as crianças cumpriam posições de trabalho, profissões e brincadeiras, sem condicionamentos de idade, mas eram excetuados quando muito pequeninas (ARIÈS, 2011). Ao passar das transformações e a emergência de uma peculiaridade infantil, passara-se a admitir uma nomeada “personalidade” para qualificar a infância, a qual passou a ter suas próprias vestimentas, estas produzidas principalmente aos meninos.

O primeiro sentimento de infância inaugurado em meio a isso, entre os séculos XVI e XVII, dispunha as crianças em posições de entreter e relaxar os adultos, pois elas eram consideradas engraçadas, gentis e ingênuas, algo aprazível de ser paparicado pelos adultos (ARIÈS, 2011). Desta maneira, elas tornaram-se alvo de constante atenção e, portanto, demandavam apreço e bastante cuidado. Antes disso, o paparicar estivera relacionado apenas às mulheres, as quais deveriam promover o divertimento dos outros adultos.

O outro sentimento de infância, fundado entre os educadores e moralistas no século XVII, tornou a ligação a esta fase da vida algo que demandava preocupação e necessidade de cuidados para disciplinar os costumes das crianças. Tais educadores e moralistas exerciam elevada autoridade na escola cujos aspectos inseridos no seu funcionamento alteraram-na para instituição de uma modalidade de frequentes vigilâncias em um amplo processo de moralização da sociedade (ARIÈS, 2011).

Emergidos estes sentimentos de infância, passara-se a mencionar que as crianças precisavam de cuidados e, portanto, de preservação e ser conservadas. Para isso, a família transforma-se, no século XVIII em peça primordial para atuar nessa relevante conservação das crianças (DONZELOT, 1986), tornadas então alvo central de atenção deste momento em diante.

A família, antes uma instituição de cunho privada, de uma vida em comum, com finalidade de transmissão de bens e nome, passou a ter uma função espiritual e moral para disciplinarização de condutas e almas (ARIÈS, 2011). Surge um sentimento moderno de família, por meio do qual as mães e pais tornavam-se os guardiões espirituais do corpo e alma dos seus filhos, afinal, estes não estavam maduros e precisavam ser preparados para enfrentar a vida.

A aliança formada pelos familiares garantia-lhes um dispositivo para extrair seus entes da exposição a fontes de perigo, como a vagabundagem, a miséria. (DONZELOT, 1986). Operava-se uma polícia dos costumes para uma moralização das condutas e conservação dos indivíduos, bem como os cuidados de cada um dos membros da família.

Na realização dos cuidados à infância, as mulheres, amas ou mães, possuíam o encargo de cuidar das crianças e alegrá-las nos momentos de tristeza, ensiná-las a falar, comer, andar, fazê-las dormir, de mastigar a carne quando a criança não possuía dentes e outros cuidados (ARIÈS, 2011). A elas cabia conduzir os cuidados primários e garantir a proteção do corpo da criança para livrar-lhe dos seus problemas morais, físicos e sexuais,

problemas estes cuja atenção mais tarde fora dedicada por saberes como a Pediatria, a Psicanálise e a Psicologia.

Aliado a estes cuidados das mães, no século XVIII equipar-se e difunde-se uma medicina doméstica para operar saberes e poderes nas vidas, em especial, da família burguesa (DONZELOT, 1986). Era necessário tornar-se vigilante de modos mais precisos para realizar uma medicalização sobre a família e sobre as crianças. Desta maneira, seria criada uma “estufa” para livrar a todos das estimulações insalubres dos espaços externos.

Assim, o saber médico opera na construção de uma doutrina médica e conselhos educativos na forma de publicações escritas como guias e dicionários de higiene (DONZELOT, 1986) com objetivo de alcançar as famílias. Tal saber compõe movimentos e atualizações constantes para difundir sobre a higiene com prescrições a cada um dos membros da família burguesa.

Nesta medicalização, as mulheres passam a ter a tarefa de uma “enfermagem doméstica” e assumem a posição de agentes difusoras privilegiadas do saber médico na família (DONZELOT, 1986). Elas fazem-se executoras facilitadoras dos preceitos médicos para uma diminuição da distância entre o hospital e a família. Deste modo, tornam-se amplamente personagens fundamentais na operação do saber médico, em especial direcionado à conservação das crianças no espaço familiar.

Por meio dessa função materna do cuidado, o saber médico autoriza à mulher posição de maior poder no espaço doméstico em detrimento da hegemonia de um saber popular operado pelas comadres, as quais repassavam umas às outras suas práticas (DONZELOT, 1986), analisadas agora como perniciosas e inúteis.

Assim, explicitados esses pontos de historicidade da infância e família no mundo, seguiremos ao destaque dos principais enfoques de ações do UNICEF para a infância e família mundial no próximo item, para então inserirmo-nos nas discussões sobre o documento do órgão para as crianças e as mulheres.

1.2 O UNICEF e o Investimento na Infância

O Fundo das Nações Unidas da Infância é uma agência internacional criada em assembleia pelas Nações Unidas no período posterior à II Guerra Mundial, em 1946, para realizar uma frente de apoio às crianças da Europa, China e Oriente Médio (UNICEF, 2009a).

O Objetivo inicial era fazer uma assistência emergencial às crianças dos países da Europa, para que pudessem superar os “traumas” da guerra.

Depois da reconstrução dos países devastados pela guerra, o UNICEF (2009a) passou a realizar assistência à China e, em seguida, direcionou suas ações para o combate de doenças e da fome de crianças de países do resto do mundo. Foram realizadas campanhas por saúde, família, nutrição e educação, temas elencados como prioritários para a infância mundial.

Desta maneira, o UNICEF (2009a) tornou-se, em 1953, o órgão permanente da ONU para tratar assuntos relacionados à infância dos países em desenvolvimento, principais alvos das práticas de proteção às crianças a partir de oito escritórios regionais mais outros cento e vinte e seis espalhados em países do mundo inteiro. Ainda fazem parte da estrutura trinta e seis Comitês Nacionais, localizados nos países nomeados desenvolvidos, para angariação de fundos para financiar os projetos, e a sede central localizada na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Realizam-se conferências, campanhas e projetos de acompanhamento da infância em vários países, pois, para haver a almejada paz mundial futura, precisa-se garantir o bem-estar às crianças de hoje (UNICEF, 2009a). Elaboram-se práticas, denominadas isentas de qualquer discriminação social, para investir nos países pobres; para alimentar crianças refugiadas e de países em guerra; direcionar fundos para a educação; alcançar as crianças em situação de rua; tratar as crianças desidratadas ou atingidas por surtos de doenças; apoiar crianças usadas como soldados infantis ou chefes de família.

Há o empenho para erradicação da pobreza, além de reduzir a fome e a mortalidade infantil (UNICEF, 2009a). Sua missão inclui proteger os direitos da criança para lhe permitir ter acesso às consideradas necessidades básicas, como saúde, alimentação e educação, para lhe possibilitar um desenvolvimento nomeado pleno e, por conseguinte, o progresso humano. O trabalho maior, assim, é para com as crianças consideradas menos favorecidas e vítimas de circunstâncias extremas de pobreza, violência, explorações e deficiências.

O UNICEF (2009a) ainda realiza articulação política com organizações e chefes de Estados locais para mobilizar ações e recursos financeiros para seus projetos. Entretanto, apesar de ligar-se ao Estado para tais operações, diz-se apartidário. Além disso, levanta informações e estatísticas para construção de seus relatórios, cartilhas, livros. O UNICEF também promove a distribuição em organizações governamentais ou não do material

produzido e o monitoramento de políticas públicas voltadas aos temas tomados como prioritários ao “desenvolvimento” da infância e adolescência pelo mundo.

A agência diz operar influência em organizações governamentais e não governamentais e na sociedade civil em geral, além de autodenominar-se o mais importante órgão para a defesa da infância e da adolescência no mundo (UNICEF, 2009a), pois o crescimento de meninas e meninos torna-se fundamental ao progresso mundial. Por isso, o objetivo da agência é o combate à pobreza, às doenças, à violência e à discriminação.

Para o UNICEF é na fase da infância que são construídas as habilidades para um futuro promissor, por isso é necessário investimento nos primeiros anos de vida com saúde, proteção e educação (UNICEF, 2009a). Isso deverá incluir a garantia de segurança, paz e envolvimento de meninas e meninos nos processos decisórios da comunidade, cidade e país em que vivam. A agência também objetiva fazer-se presente em quaisquer circunstâncias emergenciais à infância, para garantir-lhes espaços de segurança onde estiverem.

Este desenvolvimento remete a uma evolução para um modelo adulto (LEMOS, 2012), saudável, no qual todas as crianças precisam chegar após cumprirem adequadamente todas as etapas biológicas e sociais recomendadas em especial pelo saber médico, principal operador de prescrições aos corpos de crianças e adolescentes, incluindo mulheres, e por diversas vezes utilizado como ferramenta pelo UNICEF em suas produções e legitimações de práticas.

Nesta perspectiva, o UNICEF realiza ações não apenas direcionadas à infância mundial, mas também de modo específico à família e à mulher, considerada personagem fundamental na operação de um monitoramento da infância mundial, de acordo com o que discutiremos no próximo item.

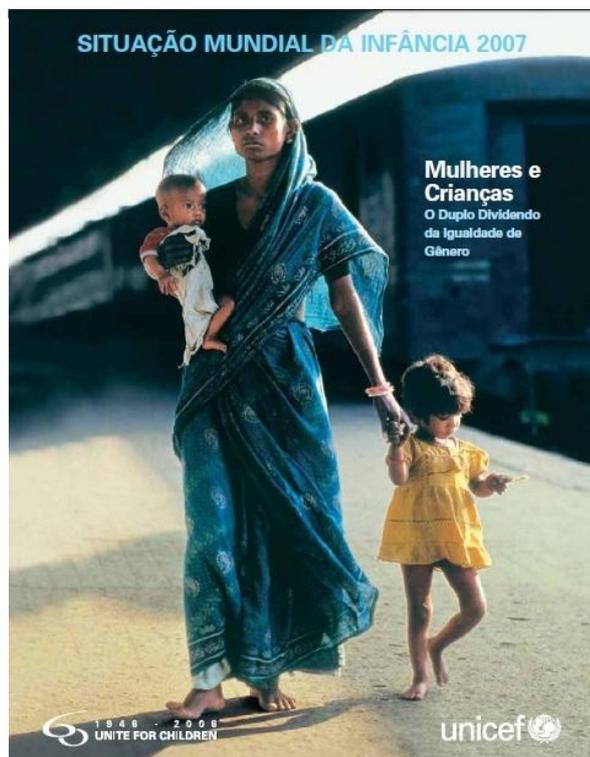
1.3 A agência UNICEF e Objetivações de Mulher no Mundo

Em 1978, o UNICEF (2009a) menciona sobre os serviços oferecidos à infância também fazerem-se relevantes às mulheres. Neste ponto em diante, ocorrerá a associação dos objetos mulheres e crianças, cujo desenvolvimento advertia-se dependente do também progresso das primeiras. Em 1980, a agência lança um programa específico para tratar do assunto, o programa “Mulheres no Desenvolvimento. Cuidado com a Criança e o Trabalho na Agricultura Andam de Mãos Dadas”. Dentre os objetivos da agência, incorpora-se promover a

igualdade de direitos às mulheres e meninas, bem como apoiar o aumento da sua inserção no desenvolvimento político, econômico e social das suas comunidades.

Torna-se também objetivo do UNICEF o combate de discriminações a meninas e mulheres no mundo. A partir desta situação, os documentos elaborados para a infância também dedicavam espaços para descrever práticas de promoção de saúde às mulheres, mães, consideradas as aliadas mais importantes na produção de uma infância saudável e útil ao desenvolvimento de suas nações (UNICEF, 2009a).

Figura 1 – Capa do Relatório Situação Mundial da Infância 2007



Logo na capa do primeiro relatório a ser analisado (Figura 1), encontra-se uma jovem mulher crianças pequenas também descalças, já ocorrendo associação da mulher à maternidade. Elas talvez pertençam a uma camada mais pobre da sociedade, extrato esse da população para a qual o UNICEF objetiva relacionar mais diretamente o dividendo da “desigualdade de gênero” existente no mundo.

Como principal ponto a ser atentado, destacamos a desigualdade de gênero envolvendo mulheres e crianças, referindo-se a estas duas objetivações com efeitos diversos de uma história agregada a lutas por direitos de ocupar lugares além dos que lhes fora relegado socialmente, muitas vezes sob o argumento de crianças e mulheres serem mais

frágeis e, portanto, impossibilitados de exercerem determinadas posições, como a vida pública, no caso das mulheres, por exemplo.

O relatório pretende-se um descritivo da situação mundial da infância e está no idioma português brasileiro, para ter alcance neste referido país. Na ficha catalográfica é mencionado tratar-se de uma “versão brasileira” de um relatório “original”, construído em Nova York, nos Estados Unidos; e, sobre as “opiniões” pessoais dos autores, refere-se como não representativa do UNICEF. Estes autores constituíram pessoas de muitos países do mundo, incluindo componentes ligados direta ou indiretamente aos escritórios regionais do UNICEF, e compunham grupos: o comitê editorial, o grupo de diretrizes políticas, o grupo de tabelas estatísticas, o grupo de produção e distribuição, o projeto e pré-produção, o de pesquisas fotográficas, de impressão, o comitê diretor, o grupo de consultores externos e o grupo de documentos de referência.

Em seguida, o relatório explana o posicionamento do secretário geral das Nações Unidas, para legitimar as práticas discursivas e não discursivas em direção às ações em prol de equalizar as desigualdades e eliminar as discriminações de gênero. Segundo ele, é preciso permitir às mulheres serem livres, terem acesso a instrução e terem saúde, pois somente assim poderiam aproveitar as “oportunidades”, e as crianças poderiam “florescer” e o país “prosperar”.

Refere-se também a um necessário “aumento do poder da mulher”, como se este estivesse localizado em alguma outra parte e agora pudesse ser tomado pelas mulheres; algo contrário a perspectiva de Foucault (2008b) de poder como um exercício e arranizador de forças atravessadas em todas as relações realizadas por todas as pessoas. Sobre essa igualdade, ele ainda frisa ter importância especial para haver o “Desenvolvimento do Milênio” e um maior “desenvolvimento sustentável”, atrelando-a diretamente a uma lógica empreendedora do capitalismo.

Deste modo, o UNICEF demarca de forma direta que suas práticas encontram-se direcionadas a operar a construção de um sujeito produtivo e a um desenvolvimento econômico em nível mundial (LEMOS, 2012). Para tanto, é necessário a essa agência realizar uma atenção específica à população considerada pobre e de países considerados em desenvolvimento ou não desenvolvidos.

Figura 2 – Primeira parte do índice do relatório



Sobre estudos realizados sobre o tema de gênero, o secretário geral afirma ser a política de igualdade de gênero a mais primordial para aumentar a produtividade das mulheres e diminuir a mortalidade infantil e materna – nesta circunstância da mensagem do secretário, novamente no relatório associa-se a mulher à maternidade, assim como ocorrera em outros momentos (Figura 1 e Figura 2). Desde o início, então, frisa-se sobre a importância das mulheres como agentes mediadoras do desenvolvimento de crianças, então, para um promissor futuro destas crianças como adultos, considera-se fundamental às mães mulheres atingirem determinadas posições econômicas e sociais.

Figura 3 – Segunda parte do índice do relatório



Ainda sim, pode haver outra positividade na associação da mulher a sua inserção maior na temática de emprego e política, no sentido de produção de efeitos de ampliação de espaços de liberdade. O UNICEF formula sobre a importância de a mulher ocupar cargos do governo (Figura 3), contudo, para que sua entrada incorra na mediação e manutenção de uma

cultura de paz mundial; neste caso a mulher é relatada como útil para desempenhar função de apaziguadora de conflitos.

Figura 4 – Secretária Executiva do UNICEF



Na parte seguinte do relatório há o prólogo, agora apresentado por uma mulher, a diretora executiva do UNICEF. Ela aparece em uma foto vestida de modo formal em meio a mulheres aparentemente asiáticas, devido às vestimentas longas com apenas o rosto e as mãos descobertos, com crianças no colo (Figura 4); encontra-se em pose ao lado das outras mulheres, mas não realiza gesto algum direcionado a alguma delas. Em sua apresentação, justifica a produção do relatório pela indissociabilidade, para o UNICEF, de igualdade de gênero e bem-estar da criança, sob a justificativa de “desenvolver” o milênio e “aumentar o poder” da mulher; novamente associando as práticas do UNICEF a uma perspectiva desenvolvimentista a qual localiza o poder fora das mulheres, como se não estivessem também subjetivadas por regimes de saber-poder construtores de hierarquias por vezes desfavoráveis a elas.

[...] A igualdade de gênero não tirará da pobreza apenas as mulheres, mas também suas crianças, suas famílias, suas comunidades e seus países. Sob esse ponto de vista, a igualdade de gênero não é apenas uma atitude moralmente correta – é crucial para o progresso humano e para o desenvolvimento sustentável.

Relata-se sobre a necessidade de uma igualdade de gênero, esta justificada diretamente por uma possibilidade de saída de uma linha de pobreza, que sirva ao “desenvolvimento” e ao “progresso” e, portanto, ao capitalismo. Minimizada a desigualdade, as mulheres poderão cuidar melhor das suas filhas e filhos, tarefa esta relegada somente a

elas, ocorrendo mais uma vez a indissociação da mulher à posição de mãe: quando elas são “saudáveis” e “instruídas”, conseqüentemente terão filhas e filhos mais confiantes e saudáveis. Para isso, relata-se que a mulher precisa exercer mais poder na sua família, na esfera pública e no seu local de trabalho. O objetivo então do relatório é apontar informações e estatísticas para permitir “progressos” na temática de igualdade de gênero, quando há educação, financiamento e implicação de homens e meninos nestas lutas.

Estes progressos, para o UNICEF, devem operar ajustes, adequações (LEMOS, 2012), devem exercer o controle da vida de mulheres, para então um controle da vida de crianças e adolescentes, como forma de evitar atrasos ou interrupções no desenvolvimento, no qual se incluem evasão escolar, gravidez na adolescência, baixa renda familiar, mulheres com baixo acesso à renda.

Figura 5 – Mulher e criança



Logo ao início efetivamente do relatório, sob o título da primeira parte “Um Clamor Pela Igualdade”, encontra-se a foto de uma mulher com a filha (Figura 5). Elas estão com uma vestimenta simples e aparentam ser de uma classe pobre, mais uma referência a famílias pobres realizada pelo UNICEF.

O clamor por direitos iguais avançou no sentido de uma busca por igualdade de gênero no momento em que se fez distinção entre gênero e sexo. Sexo é biológico: a mulher tem dois cromossomos X, o homem tem um cromossomo X e um Y. Gênero, por outro lado, é um constructo social que

descreve o que é feminino e o que é masculino. Ao reconhecer que os papéis de gênero não são inatos, mas sim aprendidos, os proponentes da igualdade de gênero desafiaram os estereótipos e a discriminação infiltrada que mantinham mulheres e meninas em situação de desvantagem, tanto socialmente quanto economicamente. (UNICEF, 2007a, p. 1)

Segundo o excerto acima citado, sexo é estritamente biológico e resumido à localização genética de dois cromossomos X nas mulheres e um X e um Y nos homens. Gênero que está relacionado com uma construção social, mas ainda baseado no binarismo feminino-masculino de modo único, também afirmando os “papéis de gênero” de modo binário, como mulher e homem.

Discute-se sobre a necessidade de se “aumentar o poder” das mulheres, adicionando-se uma perspectiva de poder como localizado, algo que possa migrar de um lado para outro; neste caso, ele é dito como situado em maioria fora das mulheres. O propósito do relatório encontra-se aliado a uma análise da mulher a partir da “falta de poder” e da discriminação pelas quais passam ao longo da toda a sua vida. Desde esta parte, é frisado sobre a relevância da potencialização mútua entre os direitos da mulher e da criança, e isso justifica a produção de um relatório pelo UNICEF sobre as mulheres e o interesse desta organização em acompanhar também os direitos das mulheres, pois estas são consideradas as principais cuidadoras das crianças. Para o UNICEF, mulheres asseguradas de seus direitos, conseqüentemente, permitirão as suas filhas terem garantias quanto aos seus direitos.

Isso nos remete a igualdade de direito, algo a ser cumprido a partir da Declaração do Milênio, promulgada para atingir, em nível mundial, paz, tolerância, equidade, segurança, liberdade e respeito. É dito sobre a necessidade de os “observadores legais” (UNICEF, 2007a, p. 6), organizações da sociedade civil e meios de comunicação, deixarem de se tornar omissos para então acompanharem e avaliarem publicamente as práticas do Estado e se este tem cumprido as políticas públicas prometidas à população. Localizam-se também nas famílias as dificuldades da igualdade de gênero, por elas ainda operarem privilégios aos homens e espaços submissos às mulheres, secundarizando os cuidados econômicos, de alimentação, educação e saúde a elas. Portanto, é sugerido às mulheres que aumentem sua influência nas famílias, de modo a exercerem maior poder nas decisões e rumos a serem tomados pelas vidas de cada um, em especial das crianças, além de terem mais acesso aos alimentos e a maior renda.

Figura 6 – Mulher e crianças



Repetidas vezes a mulher é mostrada em fotos com crianças (Figura 6), denotando serem suas filhas e filhos, cujas responsabilidades de crescimento, cuidados e “progresso” lhes são majoritariamente atribuídas. Sobre a educação destas crianças, as meninas ainda continuam mais ausentes das escolas em relação aos meninos, em especial nos países em desenvolvimento. Segundo o relatório (UNICEF, 2007a), elas precisam sair da escola para ajudar nas atividades domésticas, por “insuficiência de modelos de papéis femininos”, assédio e violência sexual, casamento infantil.

Figura 7 – Mulher acorrentada pelo marido



Ao ser relatado a respeito da desigualdade na família, a partir de uma foto de uma mulher acorrentada pelo marido (Figura 7), evidencia-se um aspecto da violência contra a mulher sobre cujo corpo por diversas vezes são exercidos impedimentos, violações, tratando-o como propriedade, território a ser habitado por alguém que lhe seja dono – muitas vezes, homem e parceiro doméstico.

Há um reduzido valor conferido à vida das mulheres e meninas, segundo o UNICEF, em especial nos países da Ásia Meridional e Oriental, onde ocorrem altos índices de extermínio destas populações. E os principais responsáveis, segundo as estatísticas levantadas, são os parceiros íntimos e o principal tipo, a violência contra a mulher. Entretanto, há também os estupros e agressões sexuais muito usados como arma de guerra em conflitos armados. Para a agência, quando as mulheres passam por situações de violência, por diversas vezes, ficam em posições econômicas subordinadas e inseguras nas suas famílias,

Diz-se a respeito da elevada necessidade de controle sobre a saúde de cada um dos seus componentes. O UNICEF marca então sua direta sugestão de objetivo da família na regulação de mulheres e crianças e, portanto, da disciplina dos seus corpos (FOUCAULT, 2008a), da qual comentaremos em detalhes no próximo capítulo. Para tanto, apresenta estatísticas sobre vários elementos propensamente impeditivos de um melhor uso dos recursos da família e, por conseguinte, de um mais alto nível de educação, saúde e proteção de cada um dos membros. Mulheres e homens, segundo evidências não apontadas pela agência, possuem prioridades diferentes ao tomarem as decisões quanto às medidas prioritárias, então assumem papéis diferentes neste momento, mas, ainda assim, por um processo de “barganha” no qual buscam individualmente alcançar mais recursos para suas próprias prioridades, em vez de agirem por cooperação, como deveriam conforme o UNICEF.

Os maridos exercem mais controle das vidas das famílias e no espaço doméstico, principalmente nos países do sul da África e da Ásia Meridional. São eles que tomam as decisões sobre a saúde de suas mulheres, os gastos diários da família, sobre a visita de parentes, a circulação das mulheres. Desta maneira, os maridos operam maior controle dos entes, da circulação e do patrimônio da família. Segundo o UNICEF, isso é danoso para a garantia do governo das famílias sobre a sociedade atual rumo à construção de países com mais renda e consumo. Precisa-se de uma equidade de exercícios do poder de mulheres e homens, decisões nas famílias para tal. Com tal medida, o UNICEF produz sugestões diretas para a família ser alvo central na vida das pessoas e de como devem se construir as configurações familiares, com uma mulher, um homem e seus filhos – os quais devem ser bem cuidados por, desde já, comporem o futuro da nação. A organização ainda recomenda a necessidade de ocorrer uma “barganha” de poder pelas mulheres na família, como se este poder estivesse localizado em algum espaço específico ao qual, se elas tiverem acesso, poderão tomar outras posições mais favoráveis na família.

Apesar destas sugestões todas, o UNICEF avalia a “dinâmica”, como chamam, desta configuração familiar considerada prejudicial à mulher. Eles mencionam existir um “status social” superior do homem, e isso possui uma raiz nas atitudes patriarcais da sociedade. Ao marcar uma origem, a agência aponta uma determinação de fatores configuradores de uma causalidade para a condição das mulheres, considerando apenas estes fatores como construtores dessa situação e de modo direto, sem estarem elas a operar também. A partir de pesquisas citadas pelo relatório, outros fatores relevantes para se conseguir exercer maior influência doméstica são também identificados, como o acesso e o nível educacional, diferenças de idades entre a parceira e o parceiro, o exercício do controle sobre a renda e o patrimônio.

Em contrapartida, segundo o UNICEF,

Nas famílias em que as mulheres são as principais tomadoras de decisões, a proporção dos recursos destinados às crianças é muito maior do que nas famílias em que as mulheres têm um papel menos decisivo. Isso ocorre porque as mulheres geralmente valorizam mais do que os homens as metas relacionadas com o bem-estar e são mais propensas a usar sua influência e os recursos sob seu controle para promover o atendimento de necessidades da família, e particularmente das crianças. (UNICEF, 2007a, p. 23)

Figura 8 – Mulher e filha



Possibilitar às meninas o acesso aos benefícios intelectuais e sociais da educação básica garante a proteção e realização de seus direitos, e aumenta significativamente o leque de opções de vida disponíveis para elas quando se tornarem adultas. Além disso, a educação de meninas traz benefícios profundos e duradouros para as famílias e para comunidades inteiras. Mulheres que têm alguma educação formal são mais propensas a adiar o casamento e a gravidez, a garantir a imunização de suas crianças, a ser mais bem-informadas sobre seus próprios requisitos nutricionais e os de seus filhos, e a adotar práticas mais eficientes de espaçamento entre nascimentos. Em consequência disso, seus filhos têm taxas mais altas de sobrevivência e tendem a ser mais saudáveis e mais bem-nutridos. Além disso, em muitos países, cada ano adicional de educação formal concluído pela mãe traduz-se em até um ano e meio a mais de permanência da criança na escola (UNICEF, 2007a, p. 71).

Assim, a partir do excerto, a mulher mais uma vez é direta e unicamente relacionada à função de cuidado, neste caso, direcionado à família e também à criança. O UNICEF a marca, desta maneira, a mulher como equivalente à maternidade e à prática do cuidado, pois se diz que é ela quem prioriza os cuidados com a saúde da família, além da educação, como observado na Figura 8. Evoca-se, a partir daí, a necessidade de as mulheres chefiarem as famílias para então exercerem o controle sobre a distribuição dos alimentos, da renda e garantir que os filhos tenham mais altos níveis de educação. Neste momento, interrogamo-nos se o UNICEF objetiva defender às mulheres maior presença no espaço doméstico, como se este lhes correspondesse um indissociável papel – o cuidado do espaço doméstico. Afinal, famílias chefiadas por mulheres realizam consumo de tipos mais variados e possuem menos escassez de alimentos do que as chefiadas por homens, de acordo com o relatório.

A agência afirma sobre a necessidade de construir escolas “amigas da menina”, com localização próxima às suas casas, que tenham latrinas específicas às meninas, com a possibilidade de adolescentes casadas e mães ou pais solteiros frequentarem, com segurança contra a violência de gênero e com mães e pais envolvidos na administração escolar. Desta maneira, as meninas, apontadas estatisticamente como menos frequentadoras da escola que os meninos em países em desenvolvimento, terão mais chances de ingressar na escola e construir um promissor futuro econômico com “iguais oportunidades de renda” em termos de gênero.

Figura 9 – Mulher no Trabalho



O trabalho ao qual a mulher está relacionada no relatório consiste em trabalhos de costura (Figura 8), lavoura e doméstico, portanto, pouco especializados e de “baixo *status*”, como denomina o UNICEF, os quais, por diversas vezes, são apresentados como de classes sociais mais pobres. De todo modo, ao adentrar no mundo do trabalho, a mulher pode permitir aumentar a renda da família e, assim, exercer maior poder nas decisões a serem tomadas no que diz respeito a todos os membros, em especial sobre as crianças. A mulher, então, poderá ampliar suas influências na gestão familiar e no território doméstico. Demarcando isso, sem realizar a ressalva imediata de citar a possibilidade de outros tipos trabalhos às mulheres, o UNICEF continua a relacionar a mulher ao local doméstico e a frisá-lo como principal local de trabalho onde a mulher precisa exercer poder, contudo, diz também da necessidade da mulher estar em um trabalho remunerado ou na escola.

Segundo o documento, ainda ocorrem muitas situações de discriminação para com as mulheres. Elas ainda recebem menos em relação aos homens e por vezes são contratadas, mulheres ou meninas, para exercerem trabalhos domésticos em condições de periculosidade e até mesmo forçosamente. Circunstâncias como estas em que a mulher está obrigada a cumprir algo referimo-nos como violentas, pois impede o exercício da liberdade, sem possibilitar-lhes outras possibilidades.

A necessidade de ser extirpada esta desigualdade no local de trabalho é mais uma vez relacionada pelo UNICEF ao desenvolvimento das crianças, pois, para esta organização, se as mulheres exercerem maior poder no seu trabalho e possuírem mais renda, elas poderão permitir aos seus filhos mais acesso a alimentação, cuidados médicos, educação e tempo para brincar. Todos estes elementos comporão possibilidades de um futuro sem

pobreza, motivo apontado pelo UNICEF como empecilho ao desenvolvimento social e econômico dos países.

Pesquisas são mostradas para ratificar sobre as mulheres receberem menor salário do que os homens para trabalharem mais, em países considerados em desenvolvimento ou industrializados. Na América Latina, ao Sul do Saara e na Ásia Meridional, elas trabalham a mais de maneira considerada muito expressiva, numericamente falando. Elas também precisam dedicar muito tempo ao trabalho doméstico e à família, restando-lhes menos tempo para o trabalho remunerado, algo considerado importante para complementar a renda e o desenvolvimento da família, fatores a serem tomados como primordiais na organização familiar, diz o UNICEF.

Há um alerta feito sobre quando a mulher ingressa em um trabalho remunerado e externo a casa, muitas vezes fazendo com que as meninas assumam os trabalhos domésticos e os cuidados das irmãs ou irmãos mais novos e, por isso, fiquem sem acesso a educação ou a maior tempo de brincar, analisados pelo UNICEF como itens fundamentais ao bem-estar e ao futuro “*status* econômico” das meninas. Com filhas e filhos menores, em países onde não existem creches de qualidade para eles, é preciso deixar essas crianças com membros da família ampliada, frequentemente, avós, as quais efetivam relevantes papéis no cuidado das crianças quando suas mães estão no trabalho fora de casa. Esta possibilidade de apoio externo à mulher pode significar para ela, mais uma vez, maior acesso à renda e à força de trabalho. Neste momento, menciona-se sobre a utilização de creches públicas em áreas pobres como suporte às mães para a realização de seu trabalho fora de casa, no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro.

Assegurar oportunidade igual de acesso, remuneração de horas de trabalho para mulheres e homens, segundo o UNICEF, facilita a geração e administração da renda por elas e eles e, por conseguinte, que elas tenham maior acesso aos seus direitos. Salários mais baixos fazem com que a mulher acumule menos ou pouca renda e, portanto, exerça menos controle sobre a família, o que lhe é considerado centralmente prejudicial nos empenhos para igualdade de gênero na família. Com uma renda maior, a mulher poderá permitir às crianças mais acesso a recursos e a direitos relacionados à saúde, educação e nutrição, pois a mulher é quem mais se responsabiliza por tais incumbências na família.

Ao terem menor salário, tem menor exercício do controle financeiro do espaço familiar e a conseqüente a menor capacidade de acumular capital; as mulheres possuem também menor quantidade de bens em relação aos homens, o que lhes aumenta o risco de

pobreza. Isso pode ser agravado quando a mulher perde o direito de herança e posse da propriedade quando morre o marido, o que lhes poderá levar à marginalização e a prejudicar a saúde e o bem-estar dos filhos.

A necessidade das mulheres terem acesso à propriedade é levada à importância por, segundo o UNICEF, ter implicância para além da dinâmica da negociação doméstica e alcançar diversos outros setores econômicos, como a agricultura. Nesta lógica, se elas exercerem maior controle sobre o planejamento e a administração fundiária das propriedades, facilitarão o aumento da rentabilidade de modo geral na agricultura. Citam-se estatísticas para atestar isso e referem-se às leis de propriedade e herança dos países que possuem muitos preconceitos de gênero, os quais expõem ainda mais mulheres e crianças ao risco da pobreza.

Dar maior poder às mulheres por meio de outros tipos de investimento também pode ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a redução da pobreza. As pesquisas indicam que fornecer às mulheres capacitação e acesso a novas tecnologias lhes dá maior mobilidade e aumenta seu controle sobre os recursos, fortalece sua consciência política, e reduz os casos de violência doméstica. (UNICEF, 2007a, p. 42)

O bem-estar das crianças é relacionado diretamente pelo UNICEF com a participação das mulheres nos espaços de trabalho remunerados, mas caso trate-se de trabalho formal e se as horas despendidas nele forem curtas, se suas condições forem boas e se as mulheres alcançarem com ele acessibilidade ao controle da renda doméstica. Essa participação fornece às mulheres e, conseqüentemente às crianças, maior ingresso e exercício de controle sobre os recursos econômicos.

Sobre a ausência de políticas do Estado de apoio para as mães trabalhadoras, como a garantia de benefícios maternidade ou creches públicas, diz-se tratar de algo prejudicial às suas carreiras e aos seus ganhos financeiros. Segundo o UNICEF, o Estado precisa assegurar estes direitos por meio de medidas financeiras, legislativas e administrativas para facilitar um espaço de “empreendedorismo feminino” e igualdade de gênero. Essa falta de políticas corresponde a um problema ainda dos países em desenvolvimento, onde as mulheres ainda possuem menos direitos trabalhistas, uma menor remuneração e trabalham mais horas do que homens.

Figura 10 – Mulher na Política e no Governo



A atuação das mulheres na política mundial tem se elevado consideravelmente, segundo o UNICEF (Figura 10). Várias delas tem se tornado chefes de Estado pela primeira vez em muitos países nos últimos anos, dentre eles Chile, Jamaica e Brasil. Elas também têm assumido outros cargos de liderança nos governos dos países e organizações internacionais. Este fenômeno iniciara-se no século XX, pois antes não lhes era permitido o exercício da vida política. Contudo, a maioria das mulheres ainda não podem se manifestar e reivindicar por seus direitos, e elas ainda continuam sendo a maioria das pessoas analfabetas, pobres e que morrem nos conflitos civis, junto com as crianças. É importante que a mulher assuma posições de liderança nestes âmbitos da política, educação e também do trabalho, pois assim será possível reduzir a desigualdade de gênero e, por conseguinte, a pobreza; e ocorrerá a aceleração do desenvolvimento sustentável a todas as pessoas.

Afinal, se estas populações das mulheres “perdem poder”, segundo o UNICEF, as nações também o perdem. Nesta concepção, considera-se o poder como localizado fora das mulheres, contrariamente ao dito por Foucault (FOUCAULT, 2008b), o qual descreve o poder como um espécime de rede onde todos estão inseridos, inclusive as mulheres. Elas precisam ter saúde e “instrução”, referindo-se à educação, para serem produtivas e, então, cuidar das suas filhas e filhos e facilitar sua sobrevivência e desenvolvimento.

As mulheres engajadas na política são denominadas pelo UNICEF “advogadas das crianças”, pois sua tarefa, segundo a agência, é trabalhar para a defesa dos direitos destas crianças local e nacionalmente, além da produção de leis a partir das demandas e contribuições das experiências de mulheres, crianças e famílias. Assim, são elas, de modo

primordial, que podem abrir espaço para construção de políticas públicas tanto para mulheres quanto para crianças. A incumbência desta tarefa também é repassada primordialmente a elas.

Torna-se, então, importante a participação da mulher na sua comunidade, onde ela estabeleça uma trama de relações com outras mulheres para fortalecerem umas às outras e também potencializarem mudanças favoráveis a todas, pois, elas coletivizam experiências, rendas e realizam apoio mútuo nas atividades, além do confronto às situações de discriminações para o alcance de direitos para mulheres e meninas. Dessa maneira, segundo o UNICEF, é possível aumentar a influência das mulheres nas tomadas de decisões na comunidade onde estejam e, por conseguinte, na sociedade. Esta rede de solidariedade entre as mulheres pode aumentar suas resistências nas sociedades e países com elevadas ocorrências de discriminação de gênero.

O sucesso da participação de mulheres em outras arenas políticas (como já foi discutido neste capítulo) sugere que há inúmeras razões para supor que a presença de mulheres nas mesas de negociação de paz faria muita diferença para mulheres e crianças. Nas palavras de um ex mediador internacional, na presença de mulheres “as discussões tendem a adotar uma visão mais inclusiva sobre segurança e a focalizar questões relacionadas à reintegração de crianças e mulheres, evitando a violência doméstica quando os ex-combatentes retornam aos seus lares, desativando minas terrestres para que mulheres e crianças possam recolher lenha e buscar água em segurança, e garantindo a responsabilização pós conflito por abusos dos direitos humanos de crianças e mulheres.”⁴¹ Em outras palavras, o envolvimento de mulheres aumenta a probabilidade de que questões críticas em termos de direitos e bem-estar de crianças, mulheres e famílias sejam incluídas nas negociações. (UNICEF, 2007a, p. 61)

Segundo o UNICEF, as mulheres são importantes aliadas em processos de instauração da paz e de reconstrução de países após conflitos armados ou políticos e guerras. A justificativa é que as mulheres possuem uma abordagem mais inclusiva em relação à segurança, e atém-se em temas sociais e econômicos considerados mais essenciais às nações. Assim, ao atribuir tal relevância, permanece a centralização nelas no que diz respeito às práticas de cuidado, tanto para com as crianças e a família em âmbito doméstico, quanto em âmbito político, nas tarefas de tranquilizadoras, apaziguadoras, redutoras e mediadoras dos conflitos e desigualdades. Comparativamente aos homens, segundo este órgão, são as mulheres que operam poder político para catalisar transformações de melhorias às crianças, mulheres e famílias.

Menciona-se que elas são importantes “moldadoras” dos processos políticos, por facilitarem, em longo prazo, a concretização deles, de acordo com estudos apontados pelo

UNICEF. Apesar disso, as mulheres ainda são consideradas “excluídas” das circunstanciais negociações de paz entre as nações. Quando elas possuem posição que lhes permite participar das negociações, poucas vezes seus questionamentos críticos e reivindicações em relação a direitos de mulheres e crianças são adicionados às pautas decisórias.

Figura 11 – Pai e filho



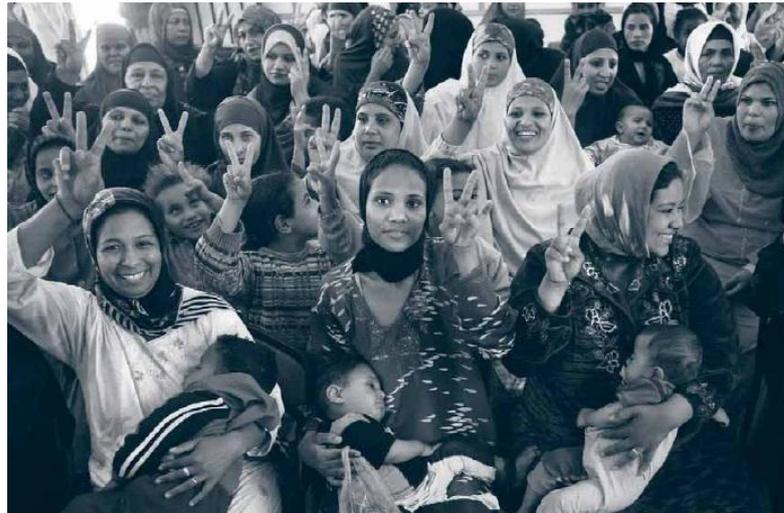
Embora frise sobre uma centralidade da atuação da mulher nos cuidados familiares, o relatório também alude a uma necessidade do envolvimento maior dos homens no cuidado dos filhos, considerando-os como de funções relevantes de cuidado e apoio na vida das mulheres e da criança, na educação (Figura 11), adição de renda e saúde. Diz-se, baseado em pesquisa, que há o “desejo” por parte deles de realizar um bom desempenho da função paterna, contudo, muitas vezes recebem informações “confusas” sobre quais ações compõem este bom desempenho.

[...] ainda existe, de maneira geral, uma expectativa de que as mulheres assumam a maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados infantis. Como resultado, e na ausência de maior participação masculina tanto nas tarefas domésticas como nos cuidados infantis, torna-se cada vez mais difícil para as mães que trabalham conciliar responsabilidades profissionais e familiares. (UNICEF, 2007a, p. 44)

Entretanto, o UNICEF aponta que os homens podem fazer-se pais mais envolvidos nos cuidados das crianças quando estão “bem consigo” próprios e com a mãe de sua filha ou filho e quando recebem apoio da família e de amigos para desempenhar esses

cuidados, além de estarem empregados. Como são eles quem mais exerce poder nos processos de decisão familiares, são também importantes agentes a serem incluídos nas lutas pela igualdade de gênero, a partir da produção de programas e políticas específicas aos pais e políticas de distribuição de benefícios trabalhistas e sociais igualmente entre homens e mulheres; como licença-maternidade e licença-paternidade.

Figura 12 – Mulheres com crianças no colo



As desigualdades e discriminações de gênero podem ser levadas por gerações, caso estejam em muito inseridas nas tradições de algumas culturas. Para o UNICEF, isso ocorre quando “estereótipos” não são questionados, identificados e corrigidos, e isso permite manter os “indivíduos”, a família e a sociedade na pobreza e impede-os de terem acesso a um desenvolvimento econômico, social e político. O bem estar da mulher é indissociado do bem estar da criança.

Este relatório da UNICEF associa as mulheres primordialmente às crianças, como bem pode ser notado na Figura 12. Interliga-se a dependência do futuro desenvolvimento econômico das crianças ao atual nível desenvolvimental de sua mãe. Corpos de mulheres e crianças desta maneira são concebidos sob a perspectiva naturalizante de um constituir o outro de modo causal, desconsiderando-se outros encontros de corpos, os quais também podem incluir a construção dos corpos de crianças.

Embora os recenseamentos e as pesquisas nacionais sejam as peças principais das coletas estatísticas, há outras abordagens que podem produzir dados rapidamente, mesmo quando a capacidade estatística é limitada. As Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos – um programa de pesquisa domiciliar desenvolvido pelo UNICEF para ajudar os países a

preencher lacunas de dados para acompanhar a situação de crianças e mulheres – é capaz de produzir indicadores estatísticos fundamentais, consistentes e internacionalmente comparáveis. Um dos três questionários do MICS focaliza mulheres entre 15 e 49 anos de idade e inclui atualmente perguntas sobre bens e segurança de propriedade. Outra fonte valiosa de dados domiciliares são as Pesquisas de Demografia e Saúde, que incluem 200 pesquisas em 75 países. Pesquisas como essas oferecem meios eficazes para obter informações em profundidade sobre a situação econômica das mulheres, bem como sobre a prevalência de violência doméstica e outras formas de discriminação de gênero no nível da família. (UNICEF, 2007a, p. 84)

Ao final do relatório, são mostrados vários quadros estatísticos nos quais o UNICEF embasara-se para discutir os assuntos de relevância a esta associação de corpos de mulheres, crianças e do dispositivo familiar. A justificativa é que tais resultados evidenciam os “progressos” dos processos sociais e políticos no quesito igualdade de gênero e ampliação dos direitos de meninas e mulheres no mundo.

As imagens do relatório em maioria mostram mulheres pobres, um recorrente alvo das atuações do UNICEF, em especial nos países nomeados em desenvolvimento, localizados em maioria na América Latina, África e Ásia Meridional. Os gráficos apontam cálculos estatísticos primordialmente relacionados às nações dessas regiões, alvos das ações do UNICEF, estas direcionadas ao investimento na discussão de eixos fundamentais, como educação e trabalho, ao desenvolvimento econômico e social da mulher e, por conseguinte, das filhas, filhos e família. Para o UNICEF, quando as mulheres possuem poder e acesso aos seus direitos econômicos e sociais, a criança tem maior possibilidade de também acessar os seus direitos.

Essa perspectiva de aumentar o poder das mulheres é diferente do considerado poder como exercício por Foucault (2008b), pois no primeiro denota-se o poder como um conteúdo localizado em algum lugar específico em detrimento de outro local; neste caso, em maioria, fora do alcance das mulheres. Entretanto, ao ser considerado como exercício, o poder existe de modo dinâmico, sob o funcionamento de rede, na qual estão todos de algum modo atravessados e podem agir de modo a exercê-lo ou não. Desta maneira, as mulheres exercem algum poder, para então se inserirem nos variados espaços, como no âmbito da educação, do trabalho, da vida pública, e não estão fora destas movimentações do poder.

A finalidade maior deste “empoderamento” das mulheres é o alcance dos referidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para eliminação da pobreza, acordados entre as nações participantes da ONU, e inclui legislação, financiamento para desenvolver os países, cotas legislativas por gênero, fortalecimento da mulher por outras mulheres,

envolvimento de homens e meninos na construção da igualdade de gênero, além de pesquisas e levantamento de estatísticas sobre o assunto.

O UNICEF atua, portanto, contra a pobreza e em favor do aumento de renda e do desenvolvimento mundial. Esta agência considera importante o investimento e sugere ações a serem tomadas pelos governantes dos países direcionadas para a população das mulheres no mundo inteiro, por considerá-las as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. Assim, desconsidera outros agentes que possam integrar essa ação e centra na mulher a tarefa do cuidado familiar e afirma a necessidade de se controlar a pobreza, neste caso, em âmbito mundial, e operar influência sobre os modos de vida de mulheres e crianças, tomando como estratégia frisá-los como corpos indissociáveis.

Assim, para discutirmos tais ações do UNICEF para a infância e também para as mulheres, realizaremos no próximo item debate sobre os objetos relações de gênero e mulher, para então inserirmo-nos nas análises das estratégias de mundialização da agência para operar influência em países do mundo inteiro.

1.4 Forjando Relações Gênero e o Objeto Mulher

Para analisarmos as práticas do UNICEF direcionadas a corpos de mulheres e crianças, utilizamo-nos das discussões de relações de gênero a fim de problematizarmos como esta agência tem efetivado prescrições sobre como devem subjetivar-se mulheres para constituírem-se úteis para a produção de corpos de crianças que se tornem futuramente promissoras e efetivem o tão almejado desenvolvimento econômico da sua respectiva nação.

Situaremos o debate do objeto relações de gênero antes do objeto mulher por o considerarmos relevante para edificar uma história das mulheres forjada, feita a partir de questionamentos das concepções naturalizadas de sexualidade, dos binarismos mulher-homem e de feminino-masculino, e abriremos espaços às multiplicidades e para as diferenças nestes campos.

Deste modo, ao iniciarmos pelas discussões de Foucault (FOUCAULT, 2006a; FOUCAULT, 2008b) sobre relações de poder e do dispositivo de sexualidade, posicionamos o debate de gênero e da mulher como uma invenção, um objeto criado com certas movimentações e emergências de práticas e de relações de saber-poder-subjetivação, além de rupturas, continuidades e descontinuidades de acontecimentos ao longo da história.

Joan Scott (1990), em uma inovação do debate feminista, observa ser necessário referir-se a gênero aliando-o a essa referida historicidade e suas correspondentes relações de poder; considerar as tensões sociais existentes no campo do poder, da classe, da etnia, da história e das interrogações sobre raça e escolaridade para analisarem-se as continuidades e descontinuidades ocorridas na formulação do que foram denominada relações de gênero.

Nos subitens seguintes, debateremos sobre o dispositivo da sexualidade, seguido de relações de gênero no Brasil, para então inserimo-nos no objeto mulher e na subsequente análise das heterogeneidades das práticas em ação do UNICEF para objetivar mulheres.

1.4.1 Objeto Relações de Gênero

Foucault (2006a), em seu livro *História da Sexualidade I*, considera a sexualidade como um dispositivo, o qual engendra o objeto histórico sexo como alvo do poder não mais com objetivo de promover unicamente a individualização dos corpos, mas também incluir amplamente uma normalização das condutas; além de questionar quais práticas acontecidas no Ocidente produziram e produzem regimes de verdade ligados ao prazer sexual.

Neste sentido, o UNICEF encontra-se relacionado com uma produção do sujeito individualizado, mulher e criança, e a uma interferência normalizadora no dispositivo de sexualidade, ao utilizar-se de saberes como medicina e tecnologias estatísticas para descrever sobre como devem ser reguladas as famílias, locais domésticos, renda familiar, distribuição alimentar e locais de trabalho, de modo a serem priorizados uma nomeada “equidade de direitos” entre os sexos.

Ainda sobre sexualidade, o autor ainda menciona que, se imbricam ao dispositivo, jogos de poder e conformações de saber, elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, além de estratégias de força que apoiam tipos de saber e vice-versa (FOUCAULT, 2008b). Ele equivale às interligações entre um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regimentares, leis, medidas administrativas, enunciados, proposições filosóficas, morais.

Na relação entre estes elementos heterogêneos, os quais podem ser ou não discursivos, existem mudanças de posição e funções que podem ser bastante diferentes

(FOUCAULT, 2008b), em um determinado momento histórico, sob condições específicas de emergência, cumprindo, assim, uma função estratégica dominante.

Neste sentido, a sexualidade, considerada um dispositivo, atua como um dos primordiais instrumentos políticos reguladores das populações (FARHI NETO, 2010), sob uma biopolítica que a instiga e produz. Ela compreende um dispositivo atravessado pela materialidade do sexo e do prazer dos corpos, configurando-se tanto como um mecanismo de assujeitamento, quanto um modo de subjetivação.

A formação do sujeito sexual o *homo sexualis*, do ser humano dotado de sexualidade, que encontra no seu sexo a mais rigorosa verdade sobre si, cuja forma de manifestação, algumas vezes, se torna a mais profunda afirmação social de sua ‘interioridade’, é o correlato da história da articulação do dispositivo da sexualidade. O sexo tornou-se, com o dispositivo de sexualidade, o desfiladeiro por que deve passar todo aquele que quer ‘ter acesso à sua própria inteligibilidade’, ‘à totalidade de seu corpo’, ‘à sua identidade’. (FARHI NETO, 2010, p. 84)

A respeito das “identidades”, neste caso, especificamente de gênero, nas últimas décadas, tem havido a emergência de uma revisão dos valores vinculados às naturalizações de feminino e ao masculino (MISKOLCI, 2007), interrogando-nos sobre uma possível crise dessas “identidades” de gênero, discussão esta anterior à discussão de gênero. Contudo, em vez de fazer referência a esses valores, talvez seja mais interessante discutir sobre a transformação das “identidades”, cujas direções apontam para uma característica fixa e imutável, em vez de associá-las a uma crise.

Portanto, com as modificações das organizações nucleares na sociedade, passou a haver a desconstrução das bases materiais da noção de centralidade da família e da idéia de que esta teria um único modo de arranjo pautado no casal monogâmico e heterossexual (MISKOLCI, 2007); junto a ela incorporaram-se as alterações sociais de compreensão das relações de gênero no país. “(...) a resistência à normalização e a luta política se revelaram sinônimos enquanto a luta por direitos nos termos do presente se revelou uma forma de cooptação consentida” (MISKOLCI, 2007, p. 12).

Afinal, ainda existe na sociedade contemporânea a ampla naturalização dos modos de ser, colando-as em uma matriz determinista biológica e em uma suposta imutabilidade histórica, inclusive no âmbito das relações de gênero, as quais continuam a operar formas de se relacionar hegemônicas, em detrimento de maiores espaços de liberdade de exercício dos prazeres sexuais.

A categoria mulher como sujeito do feminismo tinha validade no início do movimento e dentro do quadro político baseado em crenças da modernidade como o universalismo, o progresso e a luta por direitos. No quadro presente, a afirmação do universalismo se depara e tenta contornar as diferenças assim como se defronta com a não realização de expectativas de progressos contínuos e irreversíveis. Daí a vantagem de encarar o presente com as ferramentas disponibilizadas pela teoria, a qual não apenas des-construiu os antigos sujeitos políticos ao evidenciar sua historicidade e cisões, mas também demonstrou a existência de formas diversas de resistência ao poder. (MISKOLCI, 2007, p. 14)

Por não ter havido uma naturalização e estabilidade das “identidades”, não é possível se referir a uma crise, pois esta é uma construção fictícia (2007). As referidas identidades, denominadas neste trabalho de maneira estratégica como subjetividades, entram em crise constantemente, deslocando linhas de força por meio dos processos de subjetivação mutantes.

Sobre o nome gênero enquanto análise histórica do sexo, ele fora utilizado pelas primeiras vezes por feministas norte-americanas na década de 70 para cunhar um aspecto social à denominação do sexo (SCOTT J. , 1990), em uma direta contraposição à perspectiva biológica que baseava o gênero como uma divisão binária de feminino e masculino, ligados a mulher e ao homem indissociável e respectivamente.

Assim, ao se questionar a respeito dessa divisão binária, abriu-se a possibilidade de uma concepção de gênero relacional, cujas feminilidades e masculinidades eram produzidas histórica e socialmente (SCOTT J. , 1990). Adiciona-se aí, além da história das mulheres, a história dos homens, descentralizando-se delas os estudos de gênero e considerando as inter-relações de mulheres e homens, dos seus “papéis sexuais” e, mais tarde, das feminilidades e masculinidades em jogo nestas relações.

O termo gênero também se referia a um grupo defensor dos estudos de mulheres como questionador de outros saberes e dos critérios científicos tradicionais realizados nas pesquisas (SCOTT J. , 1990). Afinal, inserção as mulheres no campo da história, para algumas historiadoras feministas, necessitava de abertura a uma possibilidade outra de historicidade.

Esta nova forma de produzir uma história das mulheres incluía utilizar gênero como uma “categoria” de análise, usá-lo como uma ferramenta de interrogação de perspectivas dominantes de gênero a partir da sua relação a outras “categorias”, como classe e raça (SCOTT J. , 1990), para inscrever uma política mais ampla de análise de gênero. Neste aspecto, realizavam-se pesquisas em termos das desigualdades de poder e, portanto, com a

inclusão das falas dos nomeados “oprimidos”, pessoas que corriqueiramente possuíam posicionamentos menores na história.

Classe, neste sentido, não designa uma causalidade econômica e um caminho dialético percorrido pela história para avançar (SCOTT J. , 1990). Raça, também não marca uma determinação biológica. Ambos os conceitos são assimilados de modos históricos e políticos. Ao incorporar essas outras categorias, as relações de gênero agregam uma história econômica e política, dita antes por historiadores não feministas como separada de uma história das relações de gênero.

Diversas publicações escritas passaram a utilizar gênero como sinônimo de história das mulheres, em referência a um modo analítico para legitimação política e acadêmica, pelos estudos feministas da década de 80, desta área de pesquisa. Trata-se de um pretense termo científico para conexão com as ciências sociais desatada do feminismo (SCOTT J. , 1990), apesar de não fazer-se posicionamento sobre o quesito desigualdade ou poder de gênero, como acontece com “história das mulheres”, termo este que reivindica legitimação de posicionamento político das mulheres como sujeitos históricos.

Gênero, desta maneira, remete aos nomeados papéis sociais das mulheres e dos homens como construções sociais (SCOTT J. , 1990), uma categoria gravada em um corpo social e que, na ocasião, tornou-se útil para distinguir os papéis sociais da prática de sexo, além da historicização desses papéis para a desconstrução dos termos relacionados à diferença sexual. Desta maneira, fazem-se deslocamentos dos modos hierárquicos de relações de gênero, associados ao binarismo feminino e masculino, em vez de torná-las naturais e inquestionáveis.

Rompe-se com a visão de fixidez do gênero, baseada centralmente em uma justificativa biológica, e aciona-se um debate mais amplo que considera gênero em associação a economia, educação, instituições, na organização política (SCOTT J. , 1990), evidenciando as relações de poder estabelecidas para legitimar determinados modos de relações de gênero.

Neste sentido, anos depois, a autora Judith Butler (2003) considera o gênero como uma construção social histórica de uma “identidade”, de modo tênue, a qual acontece por meio de estilos, movimentos e gestos. Assim, as regras de gênero são efeitos de uma regulamentação de um poder mais extenso, mas também de uma regulamentação específica com implicações repetitivas e constitutivas da subjetividade.

[...] nomeação do um sexo é um ato performativo de dominação e coerção que institui uma realidade social através da construção de uma percepção da

corporeidade bastante específica. Para se constituir o gênero há uma repetição de gestos, movimentos e estilos. Entretanto, mesmo que o gênero seja uma norma, ele também pode ser resistência. (pp. 134-135)

Portanto, pensar em gênero (BUTLER, 2003) inclui dissociá-lo de uma essência ou uma predisposição biológica quaisquer e inseri-lo em um campo desnaturalizado do performático, adicionando aí as ferramentas culturais. Assim, liga-se este modo de pensar a Foucault, quando Butler rompe com uma invenção do objeto identidade e seus desdobramentos sob normatizações do sexo e gênero, com suas ordens compulsórias; além de dualidades, como feminino-masculino e mulher-homem.

Há em comum entre Butler e Foucault, a perspectiva de uma não existência de uma natureza anterior, uma origem, mas sim uma subjetivação construída historicamente com múltiplas práticas e efeitos de saber-poder. Então, assim como este autor, Butler propõe uma problematização do sujeito e, mais especificamente, do gênero.

Em seu livro “Problema de Gênero”, Butler (2003) interroga-se a respeito da produção de regimes de verdades, os quais sustentam algumas formas hegemônicas de relações de gênero. Esta hegemonia opera condições de inteligibilidade do gênero, a partir de normas, práticas pressupostas, instaura-se a exigência do cumprimento de leis de coerência em favor de certas relações de gênero tomadas como “naturais” por um lado e, de outro, como efeitos de violência das normas atuadas pelas matrizes hierárquicas de gênero.

O corpo aqui é considerado enquanto construção social, uma fabricação (BUTLER, 2003). Na superfície desses corpos, constituem efeitos de verdade de um discurso sobre a existência de uma suposta identidade originária e fixa a respeito do sexo. Admite-se, portanto, este corpo de superfície para se inserir um questionamento de interno/externo e, por conseguinte, as fabricações de gênero convertidas no corpo sob performances e sustentadas por signos corpóreos e discursivos.

Essa fabricação e, podemos dizer, ilusão de um gênero coerente e imutável, forma-se com articulação de atos, gestos e desejos, os quais realizam diferença entre externo e interno (BUTLER, 2003), a fim de conectar a uma concepção de gênero essencializada e organizada por um núcleo. Ocorre a ilusão de uma permanência do gênero e de uma unicidade, um eu ligado a ele e coordenando suas atitudes e uma disciplinarização do gênero, tornado legível com uma repetição estilizada na superfície do corpo. Tais sedimentações de gênero produzem ficções sociais que vigoram compulsoriamente.

As performances de gênero permitem a construção de relações arbitrárias que agregam as transformações de gênero, entretanto, possuem consequências punitivas, pois, se

não há uma conformidade de gênero com as ficções sociais de gênero instituídas, que devem ser desempenhadas corretamente, ocorrem discordâncias sociais. Performatizar é uma ação pública, repetida e se constitui de vários significados socialmente partilhados e instaurados (BUTLER, 2003).

1.4.2 Relações de Gênero e UNICEF

A partir da perspectiva de relações de gênero discutida no item anterior, interrogamo-nos a respeito da construção das práticas do UNICEF, de modo particular direcionada aos corpos de mulheres e crianças; corpos estes relacionados, pois, a sexualidade, como reitera Butler (2003), continua regulada por meio de uma estrutura reprodutora de modo obrigatório.

Isso inclui a sexualidade da mulher, com as formulações biológicas associadas ao seu corpo, ao longo de sua vida, disciplinado para se fazer maternal, segundo Beatriz Preciado (2012). Deste modo, analisamos o UNICEF como ainda operador desta disciplinarização dos corpos de mulheres para a maternidade. Em diversas fotos, as mulheres aparecem com crianças no colo ou ao lado em circunstâncias de cuidado (Figura 1, Figura 5, Figura 6, Figura 8).

Em poucos momentos mostra-se o homem como também personagem atuante na situação de cuidados das crianças; um destes encontra-se na Figura 11, na qual há um pai que auxilia o filho na sua tarefa escolar.

Além disso, é frisado sobre a necessidade de a mulher “aumentar o seu poder” nos seus vários locais de atuação. Para tal, são mostradas várias estatísticas que legitimam a manutenção da mulher como gestora do local doméstico, da família e dos filhos. Há uma perspectiva dominante de “empoderamento” da mulher, no espaço doméstico, do trabalho externo ou na sua vida pública, considerando a mulher ausente das relações de poder, de modo diferente como apontado por Foucault (2008b), o qual menciona sobre todos estarem inseridos na rede do poder, mas exercerem de modos desiguais.

Sobre sexo e gênero, o UNICEF resume-os a uma divisão binária, na qual sexo é basicamente uma divisão biológica limitada a uma diferença genética cromossômica; e o gênero é uma divisão social de papéis pré-estabelecida; na qual há atribuição determinada a mulheres e homens a respeito do que cada um deles deve ser e cumprir enquanto modos de vida na sociedade. Com isso, o UNICEF centraliza no fator biológico a construção do gênero

e sexo e, com isso, impede abertura a possibilidades de construções sociais e históricas de feminino, masculino e seus modos de fazer-se em mulheres e homens.

Romper com a homogeneização atrelada ao masculino e feminino em práticas do UNICEF que prescrevem modos como as populações devem se subjetivar, para então falar em diversidades de modos de se construir o masculino e o feminino, seja em corpos de homens e de mulheres, sobre as quais falaremos no próximo item.

1.4.3 Construções do Objeto Mulher

Antes de discutirmos o objeto mulher tal como construído pelo UNICEF, trabalharemos a imanência histórica deste objeto, a partir do movimento feminista, pois este foi operador de vários questionamentos sobre os modos de se fazer mulher e seus espaços de inserção na sociedade ao longo da história.

Foi a partir de atuações do movimento feminista em diversos países, em especial no século XX, que se impulsionaram também movimentações acadêmicas para construir uma história das mulheres (PERROT, 1995), analisando-as como agentes históricos sem estarem apenas vinculadas a uma reprodução das situações nas quais estivessem inseridas, segundo descrição de uma história tradicional. Com a tarefa anterior centralizada na reprodução, deste momento em diante, as mulheres passaram a realizar ações de construção de sua própria história. Emerge então uma historiografia das mulheres, em contraposição a uma história anterior silenciadora das personagens mulheres e suas atuações.

Isso ocorrera porque, em grande parte, as mulheres estavam ausentes também dos espaços acadêmicos, produtores, e espaços políticos públicos, locais estes sobre os quais os relatos históricos eram produzidos naquele período (PERROT, 1995). Eram os homens que, em maioria, exerciam poder nos espaços públicos e elaboravam relatos históricos.

Um historiador francês chamado Mechelet chegara a relacionar a mulher a dois polos: um polo branco, associado à maternidade e espaço doméstico; e um polo negro, associado a sangue, loucura, crueldade, superstição e histeria (PERROT, 1995). Elas eram ditas como pertencentes à natureza, enquanto os homens, à cultura e, portanto, era esta a relação entre os sexos que direcionava a história. Caso as mulheres estivessem mais inclinadas ao polo branco, elas pendiam a história para encarnação de um povo generoso, mas se ficassem no polo negro, fazia-se uma história sem leis e atravessada de catástrofes.

Às mulheres era difícil então ocupar os espaços da historicidade, pois o campo era majoritariamente reservado aos homens (PERROT, 1995); elas deveriam inserir-se nos estudos de línguas e de literatura. Entretanto, saberes como a sociologia abriram a discussão sobre as diferenças entre os sexos e críticas ao patriarcado, com sociólogas como Simone de Beauvoir e Andrée Michel e Cristine Delphy. A antropologia também realizou sua posterior contribuição no debate sobre os modos de cultura das mulheres, das crianças e sobre as famílias.

A partir das interferências destas outras áreas, historiadores na década de 70 propuseram-se também a investigar os temas da família e da vida privada, esta um relevante ensejo à problematização do campo público e íntimo, abrangendo a história da casa e debates sobre as demais organizações delineadas pelo espaço familiar e seus efeitos nas formas das pessoas subjetivarem-se (PERROT, 1995). Alguns pesquisadores desse período foram Philippe Ariès, Georges Duby e o próprio Michel Foucault.

Neste contexto, emergiam novas problematizações realizadas pela história, contudo ainda não se faziam diretamente sobre as mulheres, com algumas exceções, muitas vezes em espaço diferente do acadêmico, como as biografias de Pauline Roland e Louise Michel escritas por Edith Thomas, ativista de movimentos de esquerda (PERROT, 1995). Foi só a partir dos movimentos de mulheres nos anos 70, que historiadoras passaram a narrar sobre a história das mulheres e as diferenças entre os sexos na academia. Os debates acerca das diferenças são feitos pelas feministas essencialistas, defensoras de uma essência dos sexos, e pelas “diferencialistas”, as quais recusavam a essência em favor de uma construção dos sexos. Este último grupo agregava antropólogos, sociólogos e historiadores.

Realizaram-se cursos, seminários e pesquisas para contemplar uma “ciência feminista”, a qual se interessava primordialmente pelos temas sobre as contestações e reivindicações sociais da mulher, e que emergiu como efeito de uma nomeada “ruptura epistemológica” em uma alusão ao rompimento com modos os anteriores de construir a história (PERROT, 1995).

Nas décadas seguintes, de 80 e 90, assentava-se um problematizador campo de investigação dos estudos das mulheres no mundo (PERROT, 1995). As multiplicidades de discussões, teorizações e metodologias ampliaram-se em busca de dar contornos audíveis ao que antes era tornado silencioso no registro da história das mulheres. Considerava-se também variados modos de ser mulher, como prostitutas, operárias, domésticas, mães, agredidas, em

especial inicialmente as nomeadas “mais oprimidas”, ou seja, quem passara por mais situações de violação.

Neste entremeio, sobressaem-se discussões a respeito do corpo das mulheres e suas diversas modalidades de apropriação, representações, funções para a sociedade (PERROT, 1995). Questionava-se sobre quais movimentos e instituições elas estavam relacionadas e em quais ações elas inseriam-se a fim de constituírem-se agentes de uma história coletiva, incluindo aí uma história dos feminismos em vários países.

No Brasil (DEL PRIORE, 2009), o feminismo se estabeleceu como artifício primordial na construção de lugares sociais às mulheres no país. Foi este movimento o configurador de práticas objetivadoras de relações de gênero e também da mulher. Os modos de vida burgueses que emergiam, reorganizavam as vivências familiares e domésticas, incluindo o tempo e as atividades das mulheres (D'INCAO, 2009). As mudanças nas cidades e o estilo de vida da elite dominante demarcavam com clareza as diferenças sociais e de gênero na sociedade brasileira do início do século XIX.

Naquele período, cabia às mulheres a “enfermagem doméstica” (DONZELOT, 1986), pois deveriam cuidar do dia-a-dia das famílias para preservar a boa saúde de suas morais e seus preconceitos, e, em especial, para executar as prescrições médicas para com as enfermidades da família. Elas deveriam reproduzir, em diversos sentidos; reproduzir as prescrições e reproduzir (com a licença da repetição da palavra) a espécie.

Elas deveriam exercer a polícia dos costumes e cuidar para o marido não estar no cabaré e a criança nas ruas (DONZELOT, 1986). Precisavam ser vigilantes, pois assim elas manteriam a regularidade da vida profissional e social do homem, a boa saúde da infância e, portanto, uma efetiva “higiene” doméstica – alguma falha neste processo seria fatalmente atribuída às mulheres, nos seus encargos de mãe e esposa.

Era primordial aos negócios da família que o homem saísse para o trabalho e a mulher cuidasse do lar em prol de uma organização saudável (RAGO, 1985), vidas higienizadas e da positiva fluidez do capital. Deste modo, a mulher possuía um lugar também econômico, dedicada a cada um dos membros familiares para não terem desvios e conservarem vigor e saúde necessária para o trabalho.

Mencionava-se um modelo de mulher, a qual deveria ser assexuada, afetiva, e cumpridora das suas obrigações domésticas, sem poder ocupar os espaços das ruas e demais locais públicos (RAGO, 1985). Deveria permanecer alijada das práticas políticas, pois isso era reservado só aos homens e não era “coisa de mulheres”.

As “coisas de mulheres” se tratavam de cumprir um modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família atenta aos cuidados do lar e especialmente em preservar a infância, como potência e riqueza da nação, e a família (RAGO, 1985). Era da mulher a função de controlar os detalhes da vida doméstica da família, era ela quem exercia o controle.

Em meados do século XIX, a mulher mãe era a figura vigilante e esposa servil ao homem, e são reduzidas as suas possibilidades de ingresso no campo do trabalho e da educação, esta se restringindo ao aprendizado dos seus deveres do lar (RAGO, 1985). Neste período elas aparecem mais nos centros urbanos, contudo, isso não diminui as exigências morais da sociedade para com elas. Ser mãe era tomado como algo sagrado; a mulher deveria aceitar com muita gratidão esse posto e o confinamento no lar exigido para desempenhá-lo (RAGO, 1985). Em contrapartida, essa vertente negligenciou outras posições da mulher na sociedade, como as intelectuais, políticas e profissionais.

Diversos lugares, como a fábrica, a rua, escolas, eram considerados inapropriados às mulheres. Era necessário cuidar para a mulher não inserir-se na imoralidade (RAGO, 1985), mas também resguardar o espaço masculino de trabalho. Os modos de ver a mulher no círculo de trabalho como frágil, física e moralmente, além de mãe, ampliaram-se e apoiaram práticas continuadoras da posição de pertencente ao lar.

Entretanto, no início do século XX, alguns movimentos de resistência feminina às estratégias disciplinadoras operaram mudanças (RAGO, 1985). Houve mobilizações políticas diversas, desde a inserção das mulheres em greves operárias, participação em organizações partidárias e sindicais. A mulher então alcançou o mundo do trabalho, porém, permaneceu com renda inferior a do homem (FONSECA, 2009). Contudo, por diversas vezes, seu trabalho era diminuído, ocultado ou nem tomado como profissão.

Esses primeiros movimentos feministas foram das abolicionistas, reivindicadoras por igualdade de direitos, em especial o de votar; demandavam especialmente direitos políticos e uma emancipação. Movimentos subsequentes envolveram as anarquistas, lutadoras por igualdade de direitos em âmbito mais amplo (MIRANDA, BRÍCIO, & MIRANDA, 2012), exigindo participação nos espaços de trabalho, da escola.

Na década de 70, os movimentos feministas iniciaram o uso da ferramenta de relações de gênero, apropriaram-se deste dispositivo político (MIRANDA, BRÍCIO, & MIRANDA, 2012) de modo mais veemente, adicionando-os às suas lutas reivindicações mais amplas de direitos e também nos âmbitos acadêmicos, nos variados modos de exercício da

cidadania e da diminuição das diferenças em detrimento das condições de exploração da mulher, além das relações sociais e movimentos legitimadores disso.

Gênero foi uma palavra analisada a partir dos estudos de linguagem e seu sentido dicionarizado quer dizer como algo voltado para a diferenças de sexo ou das coisas sexuadas. Entretanto, a ele também foi adicionado um sentido político e teórico pelas discussões feministas (MIRANDA, BRÍCIO, & MIRANDA, 2012), e tomou contornos de um instrumento de análise com o objetivo de questionar as diferenças sociais construídas entre homens e mulheres e de romper com o que os binarismos (mulher-homem/feminino-masculino) constituíam de limitação de modos de vida, tanto para mulheres, quanto para homens.

1.4.4 **Mulher e o Dispositivo Família**

A mulher fora relacionada desde o início pelo UNICEF como fundamental operadora de práticas de cuidado direcionadas não só à criança, mas também à família. Por isso, problematizaremos os diversos atravessamentos associados aos modos de ser mulher, adicionado a eles as naturalizações historicamente legitimadas, como um “papel”, um registro indissociável de sua condição de vida, como o de mãe. Portanto, apesar das lutas e conquistas, a mulher, em muitos aspectos, continuara no centro da família nuclear moderna, a família burguesa, higienizada e privativa (RAGO, 1985), aliando-se como ente principal à criança, necessitada de cuidados especiais cada vez acompanhados mais de perto pela mãe. Essa centralização da mulher remetia-lhe mais uma vez a uma naturalização do “mito do amor materno” e da “guardiã do lar”, o resumo do papel e dever a ser cumprido socialmente pela mulher.

O surgimento da família liga-se a uma necessidade de proteção da mulher e da criança (DONZELOT, 1986); era necessária ser mantida uma nomeada base organizacional na sociedade para a criança crescer cuidada e higienizada e a mulher livre das más condutas e dos espaços, em geral públicos, degradantes.

A partir do século XIX, emergira no mundo um elevado cuidado na higienização da família, tomando especial atenção à mulher e também à infância (RAGO, 1985). Este novo tratamento inicia-se na Europa e estende-se depois a outros países e propõe que as pessoas se construam para terem maior aproveitamento possível em suas atividades e

para terem espaços arejados, livres de doenças, condutas desviantes, miasmas, ou quaisquer outros elementos elencados como nocivos à vida.

No Brasil, justificava-se o higienismo para melhoria da “raça humana”, uma alusão eugenista clara de construir uma “raça” superior e aperfeiçoada (BOARINI, 2007), sem conter os tantos problemas perigosos à vida. Diferentes instituições, dentre elas, escolas, fábrica, a família, recomendavam e realizavam práticas com a justificativa de sanear as condutas e indivíduos. Era preciso agir contra a criminalidade, as doenças infectocontagiosas.

Tomou-se como necessária ter como base uma organização social, a família, para que a criança possa crescer cuidada e higienizada (BOARINI, 2003). Essa organização familiar configura-se a partir de um modelo de família burguesa, com mãe pai e filhos cujo provimento é realizado em maioria pelo pai.

A partir das classes dominantes, o discurso médico tomara força no exercício de práticas preconizantes de modos de vida a mães e pais, condicionando-os para um positivo efeito em seus filhos (RAGO, 1985). O alcoolismo, por exemplo, deveria ser combatido, pois ameaçava a “vitalidade das células” e, por tal anomalia ser hereditária, reduzia as possibilidades de defesa biológica das crianças. Especificamente às mulheres, era atribuída a responsabilidade pela elevada mortalidade infantil; elas eram consideradas ignorantes e, portanto, sem informações sobre os jeitos mais apropriados para realizarem a higiene de seus filhos.

Autoridades governamentais mobilizavam-se no sentido de impedir que os menores ocupassem as ruas e ingressassem na criminalidade ou na vadiagem, pois isso constituiria uma ameaça à sociedade brasileira (RAGO, 1985). Era necessária uma moralização do corpo por meio da educação física e também a higiene da alma com atividades direcionadas pela ciência. Todas as medidas deveriam ser tomadas para que os jovens não ingressassem na “corrupção moral” e na “deformação física”.

Assim, para tomar amplitude dentre as camadas mais pobres da população, ao discurso médico era permitido o máximo de exclusividade sobre o corpo; outros saberes não deveriam mais ter espaço (RAGO, 1985). Para tanto, era necessário legitimar este saber dentre essas camadas, visitar então as mulheres pobres para direcionar-lhes ensinamentos de como deveriam cuidar dos seus filhos – esta foi uma das práticas médicas realizadas.

O objetivo maior era a proteção da infância, inserindo-a em uma lógica de uma família nomeada saudável, diminuindo a mortalidade desse período da vida e, quiçá, alcançando um crescimento da nação (RAGO, 1985). Para tanto, do início do século XX em

diante, no Brasil, passou-se a tomar medidas preventivas em busca de redefinir os hábitos das famílias para evitar a mortalidade, além do nascimento de crianças com “debilidades” e outras “deformações” consideradas doenças. Como prevenção, principalmente nas famílias pobres, estimulava-se o aleitamento materno, além da assistência social às crianças operárias em fábricas, ou órfãs, aos mendigos e demais pessoas em Estado de “abandono” nas ruas.

1.4.5 Mundialização e Corpo das Mulheres Vinculado ao UNICEF

O surgimento desta agência ocorrera em meio ao contexto da Guerra Fria, período pós Segunda Guerra Mundial, quando a Europa dividiu-se em parte capitalista e parte comunista, e o UNICEF, como organização da ONU, aliou-se à parte capitalista, em defesa, portanto, de interesses econômicos do capital e de uma política liberal.

Em sua Carta da Organização, quando iniciou apoio aos direitos das mulheres, a ONU relata ser necessário:

[...] conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU, 2012, p. 1)

Logo em seu primeiro ano de existência, em 1948, a ONU estabeleceu a Comissão sobre o Status da Mulher, a partir do seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC) para se constituir o principal agente de decisões políticas sobre igualdade de gênero e “avanço” às mulheres (ONU, 2012). Em uma das suas atuações iniciais, garantiu a manutenção da “neutralidade” de gênero no projeto da Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Portanto, segundo o projeto da declaração,

[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos’ e que ‘todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, religião... ou qualquer outra condição. (ONU, 2012, p. 1)

Na década de 70, acompanhando as movimentações feministas do período, a ONU (2012) organizou a primeira Conferência das Mulheres na Cidade do México, a partir da qual se declarou os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher. Em 1979 ocorreu a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, muitas

vezes referida como uma Carta Internacional sobre os Direitos da Mulher, cujos artigos objetivaram elaborar um significado de discriminação contra a mulher e planejar uma agenda de ações para extirpar a discriminação às mulheres. Nesta convenção, afirmou-se sobre a cultura e a tradição fazerem-se elementos para “moldar” os nomeados papéis de gênero. Esta carta constituiu o primeiro tratado internacional a abordar o assunto sobre direitos reprodutivo da mulher.

A Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada na cidade de Compenhague, em 1980, e exigiu aos países a instauração de mais ações para resguardar às mulheres controle e domínio de suas propriedades (ONU, 2012), além de adições nos direitos à herança, à perda de nacionalidade e à guarda dos filhos, associação esta da mulher à maternidade, mais uma vez proferida pela ONU.

No ano de 1985 aconteceu a Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, na cidade de Nairóbi (ONU, 2012), louvada pela ONU por ter tido grande quantidade de pessoas envolvidas, contabilizando quinze mil participantes, cento e cinquenta e sete governantes de Estados e a realização de um Fórum paralelo de organizações não governamentais. A finalidade da conferência foi estabelecer as Estratégias Perspectivas de Naoróbi para o ano 2000, devido aos não cumprimentos dos acordos realizados na conferência da Cidade do México. A ONU menciona terem sido quebradas barreiras ao se declarar todo e qualquer assunto como também assunto de mulher. Nesta ocasião, o Fundo Voluntário da Década da Mulher fora transformado no Fundo das Nações Unidas para as Mulheres, a UNIFEM, atualmente parte da ONU Mulher.

Em 1995, a ONU proferira a Conferência das Mulheres em Pequim, onde foram debatidas e elencadas as prioridades para políticas públicas para as mulheres em termos dos eixos violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da política de gênero por toda política pública e acesso ao poder político e *empowerment*, noção esta de empoderamento das mulheres (FARAH, 2004). A Plataforma de Ação de Pequim deliberara sobre os direitos das mulheres como direitos humanos e formulou ações específicas para que fossem atingidos.

A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa

fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos. (ONU, 2012, p. 1)

Setembro de 2000 aconteceu a reunião da Cúpula de Desenvolvimento do Milênio (CDM) com o lançamento pelo secretário-geral de um nomeado “esforço global” a ser empenhado por quarenta líderes para elaborar estratégias de aceleração do “progresso” da saúde de mulheres e crianças, de maneira a se condicionar a saúde das crianças a saúde das mulheres (ONU, 2012). Esta cúpula elaborou um documento chamado Declaração do Milênio, cujos objetivos incorporaram o tema gênero, de modo mais específico, no 3º e 5º Objetivo do Milênio, que visam promover a igualdade entre os sexos, a autonomia da mulher, e reduzir a taxa de mortalidade materna até 2015 para três quartos.

No mesmo ano, em outubro, o Conselho de Segurança da ONU decidiu sobre uma resolução considerada inovadora sobre o entrecruzamento do tema paz, segurança e mulheres – a Resolução 1325 (ONU, 2012). Esta resolução solicitava ao secretário-geral da agência escolher mais representantes nos países membros deste conselho, para adotarem medidas para aumentar a “representação” das mulheres em todos os âmbitos de tomada de decisão das instâncias do Estado no sentido de resoluções, gestões e prevenções dos conflitos nos seus respectivos países e nas operações de paz mundial efetivadas pela ONU. Esta prática se pretende construtora, mais uma vez, da mulher como uma apaziguadora, docilizada, na atuação política de seu país.

Para operar essa resolução, a ONU acionou as diversas entidades envolvidas em negociar e implementar acordos de paz para que garantissem o cumprimento de direitos e a proteção de mulheres e meninas contra violência de gênero, além de outros tipos de violência que possam ocorrer nos conflitos armados dos países (ONU, 2012). Nos anos de 2008 e 2009, por circunstância de outras reuniões da ONU, foram adicionadas mais resoluções a então 1325.

Há uma atenção especial, segundo a ONU, ao assunto violência contra a mulher (ONU, 2012). Em 1993, em Assembleia Geral, foi elaborada a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, documento este produzido com finalidade de selar compromisso dos Estados com o banimento de todas as formas de violência contra a mulher. Na ocasião de 2008, foi lançada uma campanha mundial sobre este tema nomeada

Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, para ser trabalhada plurianual e globalmente, por ser considerado um tema urgente ao mundo.

Posteriormente, em 2010, a partir de uma assembleia geral, criara-se um órgão da ONU, a ONU Mulher, para tratar dos assuntos referentes à mulher, e mais especificamente a igualdade de gênero, o empoderamento e a autonomia das mulheres (ONU, 2012). Ela agrega quatro escritórios, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

Sobre a atuação do UNICEF, descrita inicialmente no item anterior, notamos uma pretensa atuação mundial, de modo a seguir os preceitos da ONU de mundialização. Além de produzir documentos, a ONU realiza há anos conferências internacionais para discutir medidas a serem operadas por países do mundo inteiro, como políticas públicas primordiais a populações específicas, como crianças e mulheres, a partir das suas agências, como o UNICEF e UNIFEM, o Fundo Internacional para as Mulheres.

Contudo, apesar de mostrar-se imparcial em suas ações e afirmar sobre seu objetivo maior de mediar conflitos entre os países, por vezes, a ONU pratica sugestões diretas sobre o modo de vida das populações dos países orientada por um objetivo econômico e político liberal, como se pode notar no item anterior com a exemplificação da agência UNICEF (1.1), principal alvo deste trabalho.

Tais sugestões aludem à perspectiva de governantabilidade de Foucault (2009b), um regime de poder emergido no século XVIII, com alvo nas populações, de modo a especificar a circulação ao longo dos espaços da saúde, das mercadorias, pessoas, para uma gestão destes espaços. Essa população consiste em um novo sujeito político, uma coletividade a ser considerada em relação à materialidade na qual exista.

O UNICEF opera esta gestão mundialmente, ao adicionar escritórios em vários países, traduzir para várias línguas seus relatórios locais ou mundiais, além de realizar conferências com resoluções a respeito da vida das populações de crianças e, como foi visto no relatório analisado no item 1.1, mulheres. Esta organização age, em especial, direcionada à população de crianças em relação às mulheres adultas e mães, pois considera estas últimas como principais responsáveis pelos cuidados das crianças e da família.

Ajustar o financiamento é apenas um primeiro passo. O dinheiro deve ser utilizado corretamente, e precisa ser integrado a planos e orçamentos

governamentais já existentes, bem como alinhado a documentos de estratégias de redução da pobreza e outros processos de planejamento, dos quais participam todas as partes interessadas. O caminho para a igualdade de gênero pode ser longo e complexo, mas sem recursos suficientes será impossível chegar ao destino. (UNICEF, 2007a, p. 75)

Neste primeiro relatório, em muitos momentos, o UNICEF descreve a respeito da necessidade de ser superado o duplo dividendo da desigualdade de gênero, com as mulheres e as crianças, mas para que possam ter acesso à educação, à saúde, para que saiam da pobreza. O compromisso da organização é para com o desenvolvimento econômico mundial, esta é a finalidade última das suas ações.

Desta maneira, escolhemos analisar esse relatório mundial do UNICEF, bem como os relatórios correspondentes ao Brasil de modo genealógico, utilizando esta ferramenta cunhada por Foucault (FOUCAULT, 2006a; FOUCAULT, 2008b) a ser explanada no capítulo a seguir.

2 Genealogia sob Pistas de Foucault

Após apresentarmos a contribuição de Foucault para interrogarmo-nos a respeito do documento como monumento, apresentaremos suas discussões sobre genealogia, tratando-a como suas pistas sobre um método, pois este autor não menciona em seus estudos ter construído um. Utilizamo-nos primordialmente desta perspectiva para analisar os documentos do UNICEF selecionados para esta pesquisa. Entretanto, antes localizaremos neste item as suas discussões sobre arqueologia, para depois adentrarmos na genealogia, bem como nas principais ferramentas de análise utilizadas neste trabalho, os mecanismos de poder disciplina, a biopolítica para governar vidas.

2.1 Genealogizando

Para pensarmos uma análise de documentos, remetemo-nos inicialmente no primeiro capítulo aos debates de Foucault (2009a) sobre a arqueologia do saber em seu livro homônimo. Nele é discutido sobre a relevância da análise dos discursos, bem como sobre suas condições de formação sem desligá-lo das suas práticas não discursivas, as quais se constituem pelo poder em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Realizar então a análise desses discursos presentes nos documentos implica também em analisar seus enunciados, discursivos ou não, cujas descrições constroem esta arqueologia referida por Foucault.

Os enunciados mostram-se partes elementares na composição do discurso, as quais marcam uma função enunciativa, e não são equivalentes a frases ou expressões, pois não constituem unidades linguísticas. A partir disso, constituímos então no tecido documental séries, relações, conjuntos, relacionados a um campo de objetos (FOUCAULT, 2009a), discutido no início do capítulo 1.

Esses objetos podem fazer-se como documentos, assim como os que temos descrito nesta pesquisa, que evidenciam as atuações da agência do UNICEF sob modos de práticas (VEYNE, 2003), consideradas algo à parte de um motor oculto ou um subsolo da historicidade. Estas práticas, portanto, também constroem os objetos e encontram-se nas modificações históricas, a partir das quais descrevem as práticas de maneira pormenorizada e com “contornos pontiagudos” sobre as ações que descreve. Para Foucault, as coisas consistem

em objetivações de determinadas práticas (VEYNE, 2003), sob as forma de pistas de um método que analisa as suas condições de emergência é a sua proposição.

Tais práticas envolvem a produção do discurso (FOUCAULT, 2005a) como uma materialidade forjada na ordem das leis, nas práticas imanentes do mesmo, discursos estes vinculados aos exercícios diversos de poder, a lugares institucionais móveis vinculados a posições de sujeito que se deslocam também. A partir das práticas, discursivas ou não, podem ser discutidos os seus respectivos conjuntos de discursos, os quais se configuram por contingências históricas e se encontram em deslocamento, circunstâncias essas sustentadas por um diversificado sistema de instituições que as impõem e reconduzem, além de legitimarem “verdades”.

A genealogia propõe-se a problematizar esses regimes de verdade, suas práticas emergentes, considerando os saberes e poderes relacionados à subjetivação – processo de como os seres humanos tornam-se sujeitos (FOUCAULT, 1995), alvo principal de Foucault nos seus anos de estudos e pesquisa, apesar de muitos acharem se tratar da temática do poder, também considerada relevante pelo autor. Afinal, o poder opera um conjunto de possibilidades e joga com a relação entre os indivíduos e grupos.

O termo poder já nos remete a um conjunto de relações que induzem umas às outras e tornam-se “parceiras”. Assim, o poder existe em ato, portanto, até seu fim, é preciso manter o sujeito de ação (FOUCAULT, 1995); caso contrário, se há o impedimento do sujeito, caracterizará violência. O poder então se faz produtivo, pois, aliado ao saber, efetua ações sobre ações que agenciam corpos e materializam potências, afetos, exercícios.

Ele se exerce em rede (FOUCAULT, 2008b) sobre estes corpos, tanto o corpo dos sujeitos quanto o corpo social. Os acontecimentos inscrevem-se nesse corpo. A partir de encontros, as forças, potências e afetos materializam o corpo e suas marcações históricas. A genealogia, neste sentido, mostra uma tensão do corpo com a história na forma desse corpo marcado e arruinado por essa historicidade.

Foucault (2008b) considera o poder como um feixe aberto de relações, coordenado minimamente e de modo estratégico. Neste sentido, o autor indica a realização de uma analítica do poder, com o objetivo de notar como as estratégias do poder cruzam-se e se articulam quando em condições de exercício, seja em microrrelações de poder desiguais ou em dinâmicas estáveis. A esse autor interessa a circulação dos efeitos e jogos configurados pelo poder, ou seja, sua positividade, seus produtos, saberes, prazeres, discursos, instituições, subjetivação; os sistemas de poder promotores de regimes de verdades.

Logo, realizar uma genealogia corresponde a analisar as relações de poder, saber e subjetivação, juntamente as suas práticas discursivas ou não, além dos seus acontecimentos, rupturas, enunciados, objetos, estratégias, contradições. É

[...] preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 2008b, p. 7)

Genealogia, não em consonância com o sentido do termo como um estudo uma origem histórica, contudo, trata-se do estudo de uma emergência não linear, sem uma finalidade ou um antecedente único (LE MOS & CARDOSO JÚNIOR, 2009), pois o objetivo dela é romper a conexão causal e linear entre os acontecimentos na qual a história é contada como uma progressão de fatos ao longo do tempo, além de romper com o sujeito constituinte fundado por uma essência.

Desta maneira, a genealogia mira nos espaços para análises das rupturas, frestas, deslizos, ranhuras, a fim de destituir um modo hegemônico de fazer história (FOUCAULT, 2008b), com heróis e grandes acontecimentos, para a produção de uma história menor, analisadora dos acontecimentos de modo microfísico e também analisadora da situação presente com a qual lidamos.

Foucault realiza, por meio de uma microanálise, os agenciamentos produtores de processos de subjetivação, unificações, totalizações das linhas que desenham os mapas das cartografias da microanálise. Ele busca o que chamou de atualidade, esse referido presente, que está por diversas vezes em formação, emergente, e sem uma pretensão de eternidade (DELEUZE, 2007). Contudo, não há procura por uma origem das coisas, e sim como ocorrem suas formações, de modo a alcançá-las no meio do caminho desta construção e, por isso, considerá-las rachadas, sem uma totalidade originária.

A partir disso, nesta presente pesquisa, propusemo-nos então a realizar análise genealógica das práticas do UNICEF e, por esta maneira, analisaremos no próximo item os principais tipos de poder envolvidos nas produções de influências desta agência direcionadas a corpos de crianças das nações de diversas partes do mundo.

2.2 Disciplina, Biopolítica e Governo da Vida

Alguns tipos de noções de poder foram descritas por Foucault ao longo do seu trabalho. Analisadas historicamente, elas pressupõem um exercício do poder por meio de diferentes tecnologias, entretanto, que se interpõem e se mesclam, tais como: a soberania, a disciplina e o biopoder, mais tarde denominado biopolítica. A soberania estava intimamente ligada ao direito desde a Idade Média, quando iniciara a elaboração do pensamento jurídico a partir do poder monárquico autoritário (FOUCAULT, 2008b). Foi o exercício do poder pelo soberano, ao qual se devia obediência legal. O sistema do direito localizava-se no rei e era instrumento de sua dominação e vingança, pois um crime era sempre entendido como lesivo à figura do soberano e a ele cabia instituir a punição, que acontecia por meio de práticas de suplício dos corpos como espetáculo público.

No final do século XVII e início do século XVIII, emergiu uma nova mecânica de poder, a disciplina (FOUCAULT, 2008b). Cabe lembrar que Foucault afirmou em *A Verdade e as Formas Jurídicas* que o mecanismo disciplinar já era utilizado nos mosteiros e pelos metodistas antes de se tornar uma prática de punição generalizada em todas as esferas da sociedade. Esse mecanismo age diretamente sobre os corpos, sob modos de vigilância constante em suas ações. Na disciplina, os exercícios do poder são calculados para um gasto mínimo e de mais alta eficiência. Ela se intercala com o discurso do direito, todavia, na articulação da relação entre norma e lei, seguindo mais as táticas e o plano da regra que desliza em normas inclusivas e facultativas do que apenas da lei.

Outro aspecto da sociedade disciplinar é que a vingança não é mais feita pela defesa do próprio soberano, mas sim pela sociedade devido a um pacto social ter sido ferido. Esta sociedade opera de modo a individualizar a multiplicidade e a organizar para incluir a todos e todas em curvas de médias que não fixam completamente os corpos em um padrão, mas visam aproximar e controlar detalhes e minúcias dos comportamentos (EWALD, 1993).

Assim, a punição é regular e não mais um espetáculo público; ela não é apenas vingança contra o crime, mas se estende para todas as instituições adjacentes ao poder judiciário, como: escolas, fábricas, prisões, quartéis, locais de atuação dos trabalhadores sociais e outros em meio aberto também. A disciplina faz-se um mecanismo e não uma instituição, então, deve ser utilizada intra e extramuros, articulando uma comunicação panóptica, ou seja, um diagrama de forças que se materializam no objetivo de docilizar politicamente os corpos e fazê-los produzir mais. Para efetuar tal mecanismo, realizam-se

exames, sanções normalizadoras, vigilâncias hierárquicas, controle do tempo e dos corpos no espaço em vários equipamentos sociais (FOUCAULT, 2008a).

Esse controle dos corpos ocorre individualmente, eles precisam ser regrados e adestrados um a um para então efetivarem determinadas condutas a serem disseminadas na sociedade. Esta disciplina, logo, “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2008a, p. 125). A disciplina constitui base para o exercício de um poder no seu âmbito microfísico.

[...] A disciplina fábrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeito estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2008a, p. 119)

Disciplina liga então o corpo à conduta para realizar o adestramento deste corpo. Ela é composta pelo exame, vigilância hierárquica e sanção normalizadora (FOUCAULT, 2008a). O exame consiste em “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (p.154). Ele age sobre os indivíduos de maneira ritualizada, diferencia-os e sanciona-os com rituais por diversas vezes renovados.

A vigilância hierárquica atua no jogo do olhar, na forma de uma rede de relações de alto e baixo, com um mecanismo de poder. Funciona como um importante operador econômico, pois age internamente ao aparelho de produção e também constitui engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 2008a). A sanção normalizadora, outro mecanismo da disciplina, atua como um pequeno mecanismo penal que demarca os espaços que fogem às leis como delito e age com micropenalidades direcionadas às vidas.

No século XVIII, emergira um novo tipo de poder, denominado biopolítica, agora não apenas ocupado com a fabricação de indivíduos dóceis, mas também com o exercício de uma forma mais acentuada e ampliada de gerir a vida diária das populações (FOUCAULT, 2009b). Este mecanismo abrange procedimentos de gestão mais globais e totalizantes e consideram a população como seu principal alvo de gerência em termos de práticas de controle da natalidade, mortalidade, vida sexual, alimentação, vacinação, prevenção de doenças, higiene e longevidade.

A atuação da biopolítica necessita ocorrer a partir de um governo disseminado estrategicamente. É preciso realizar um planejamento para evitar o aleatório, o perigoso e manter a seguridade da população (FOUCAULT, 2009b). Para tanto, é preciso gerir a circulação nos espaços da saúde, das mercadorias, pessoas.

[...] Ora, parece-me que o que vemos aparecer através dos fenômenos evidentemente muito parciais que procurei identificar era um problema bem diferente: não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam. Outra, mudança, que creio importantíssima. (FOUCAULT, 2009b, p. 85)

Ocorre uma polícia para controlar a vida e a população (FOUCAULT, 2009b). Assim, a ordem médica então se relaciona com a ordem jurídica, para eliminar a má circulação por meio de um conjunto de instituições legitimadoras desta ordem médica; esta associação corresponde às práticas higienistas. A má circulação, tornada problema, exigirá a criação de elementos de segurança e a emergência de saberes, como a estatística, demografia, economia, psicologia, para garantir e controle desta sociedade.

Governar então significa realizar, por meio de táticas, uma administração adequada dos indivíduos e realizar uma correta arrumação das coisas, algo complexo que agrega as pessoas e as coisas, as quais não correspondem ao território (FOUCAULT, 2009b). Foucault, como exemplo, fala sobre governo de um barco, cuja carga e tripulação são manobradas em consonância com o acaso dos ventos, tempestades e variações do mar ou da temperatura. Navegar e, portanto, governar, exige atenção às intempéries, aos acontecimentos

O governo objetiva aprimorar a sorte das populações e junto a isso facilitar a elevação da quantidade das suas riquezas, da durabilidade da sua vida, sua saúde e sua prosperidade (FOUCAULT, 2009b). A população torna-se, desta maneira, alvo direto do governo, por meio de campanhas ou de técnicas para coordenar seus fluxos de modos, por vezes, pouco perceptíveis.

Esse governo encontra-se atrelado a um saber de governo e também a outro, a economia (FOUCAULT, 2009b), um saber a respeito das populações, portanto, trata-se de uma economia política, nomeada ciência com a finalidade de estabelecer interrelações entre riqueza, população e território e, assim, assegurar o crescimento de um país.

Desta maneira, a partir do governo, objetiva-se exercer controle de uma população, mas também de um território, o qual deve ser gerido por uma nova organização social, a governamentalidade (FOUCAULT, 2009b). Nela ocorre um exercício de poder pelo Estado como política, para o governo das “mentalidades” e para gerar e, ao mesmo tempo, ceifar a vida das populações. Estas políticas direcionadas á população visam calcular, gerir, administrar os corpos para tornarem-nos saudáveis.

Quem detém o poder do Estado, por conseguinte, detém o poder de extermínio da população (FOUCAULT, 2009b). Então, em nome da vida de uns, realiza-se a morte em massa de outros. Nesta lógica, o governo pode ser levado ao extremo e podem realizar-se genocídios, guerras e golpes de Estado. Morrem aqueles perigosos à vida de certas populações, com as justificativas mais variadas.

[...] A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2005b, p. 305)

A biopolítica então atualiza racismos, tanto do Estado quanto da sociedade, visando fazer viver e deixar morrer os corpos perigosos (FOUCAULT, 2009b). Entretanto, como se escolhe quem vai ser alvo de majoração da vida e que faixas vão ser deixadas à deriva, no processo de deixar morrer? Afinal, a gestão das populações a custo de muitas carnificinas, ainda que se tenha a justificativa de uma gestão “humanizada” para instauração da paz, como argumenta em suas práticas a ONU e suas agências, como o UNICEF.

O racismo preconiza uma relação do tipo guerreira, na qual, para se viver, é necessário realizar o massacre dos inimigos (FOUCAULT, 2005b), mas a ser exercido não de um modo militar do enfrentamento, mas no âmbito da biopolítica, de uma relação biológica. Os eliminados, sejam eles nomeados degenerados, anormais, espécies inferiores, permitirão aos indivíduos da espécie se tornarem fortes e sobreviverem enquanto espécie, além de atrasar uns grupos em relação a outros.

O governo realiza-se para o mercado, o qual consiste em uma instância suprema de formação da verdade neste mundo da contemporaneidade (DUARTE, 2008), considerando que as pessoas subjetivam-se no mercado de trocas, o qual perfaz um sutil governo dos indivíduos e das populações.

Em meio a isso, a família emerge no século XVIII como elemento de destaque da população para se obter transformações quanto à conduta dos corpos dos indivíduos, no

âmbito da demografia, da sexualidade, do consumo, número de filhos, elementos cujos controles são necessários (FOUCAULT, 2009b) para o adequado funcionamento da sociedade.

Nesta perspectiva, o UNICEF emerge com a incumbência de realizar o controle não só da criança, mas também de toda família e dos corpos dos seus indivíduos componentes, inclusive as mulheres, para construir um governo ampliado das populações, segundo veremos no próximo item a ser discutido.

2.3 As Práticas do UNICEF e Governamentalidade

Apesar de, no curso *Hermenêutica do Sujeito*, Foucault resgatar o termo governamentalidade em seu aspecto móvel, transformável e reversível para construção do sujeito (FOUCAULT, 2006b), no presente trabalho utilizaremos a palavra no seu sentido principal de dominação, de acordo com seus três cursos anteriores a esse, como fora debatido no item 2.1.

O UNICEF elabora procedimentos políticos para governar a vida de crianças e mulheres, cujos corpos devem ser produtivos, úteis à evolução econômica das nações, em especial os países nomeados não desenvolvidos ou em desenvolvimento. São construídos documentos, como os relatórios analisados nesta pesquisa, para agregar informações baseadas em estatísticas conseguidas junto a institutos, organizações governamentais ou não governamentais para respaldar suas indicações à população infantil no mundo.

Essas estatísticas são constantemente clamadas nos relatórios com a finalidade de mostrar regularidades sobre as condutas das populações (FOUCAULT, 2009b) de crianças e mulheres, na circunstância do relatório analisado no capítulo 1, para realizar o governo das famílias pelo UNICEF. A estatística, uma ciência ao serviço do governo, permite a quantificação dos fenômenos e reunir uma especificidade a respeito dessas populações e seus particulares efeitos econômicos de interesse da agência.

A atuação do UNICEF, bem como de outras agências da ONU, ocorre de maneira a operar um governo direcionado especialmente a populações nomeadas pobres, consideradas elementos de perigo ao funcionamento do mercado e, portanto, aos territórios das nações. Assim, empenha-se em uma gestão dos riscos ligados a estas populações (LEMOS, 2012), para regular os corpos objetivados por uma racionalidade evolutiva de forma que, então, seja possível gerenciar as anormalidades.

Os alvos privilegiados do UNICEF são corpos de crianças, as quais precisam percorrer certas prescritas linhas evolutivas para alcançarem em seu futuro próximo e longínquo, na fase adulta, um desenvolvimento econômico que corresponda a um modelo saudável e legalista, para então prestarem ao mecanismo de segurança (LEMOS, 2012).

Para atingir corpos de crianças, são prescritas práticas pelo UNICEF, especificamente à família, a qual precisa ter certa organização – a mãe, o pai e os filhos, e realizar práticas de cuidados constantes sobre seus membros. Desta maneira, a família promoverá o crescimento biológico e econômico adequado à infância do presente, pois ela será o futuro adulto.

Ainda prescrevem-se práticas mais diretamente às mulheres, como fora observado no relatório analisado no capítulo 1 deste trabalho. Elas quem possuem a principal incumbência do cuidado da família e da infância, de modo similar como apontado por Donzelot (1986) sobre o século XVIII, ao mencionar o termo “enfermagem doméstica” para referir-se aos posicionamentos das mulheres na família.

De acordo com o UNICEF, as mulheres devem exercer maior poder neste espaço, de maneira a favorecer os acessos a direitos econômicos e sociais à família e à criança. Elas necessitam obter trabalho remunerado, pois, segundo a agência, isso garante acesso das crianças a saúde, educação e nutrição. Afinal, com melhores níveis nestes âmbitos, é possível permitir um desenvolvimento emocional, físico e intelectual considerado adequado às crianças.

Esse necessário empoderamento da mulher, o ganho de mais poder por elas, encontra-se diretamente relacionado a um clamor econômico e faz-se problemático, pois remete a uma localização do poder no lado externo a elas, em grupos políticos hegemônicos muitas vezes coordenados por homens. Além de localizar o poder, o termo refere-se a indivíduos e grupos que não se empoderam espontaneamente (HOROCHOVSKI & MEIRELLES, 2007).

É importante um mais alto nível educacional às mulheres e às meninas, como benefício às famílias, para que elas possam adiar o casamento e a gravidez. Neste caso, os corpos das meninas são miras de investimento do UNICEF, como prevenção da gravidez nomeada precoce ou indesejada, analisada como algo prejudicial tanto às crianças quanto às famílias. Contudo, o que observamos (ALTMANN, 2007) é o destaque da sexualidade, em especial de meninas, como um problema social, sobre o qual devem criar estratégias de gestão, baseando-se em saberes como a medicina, educação e pedagogia.

Para o UNICEF, as mulheres precisam ter mais acesso aos seus próprios direitos econômicos e sociais, além de acesso a um trabalho externo remunerado, pois isso lhes instrumentalizará para reivindicar o cumprimento dos direitos das crianças. Indica-se também sobre uma maior participação política das mulheres em suas comunidades e nações, pois elas quem poderão clamar por mais políticas públicas às famílias, crianças e outras mulheres, por ainda estarem associadas ao cuidado e serem naturalizadas como guardiãs do lar (RAGO, 1985), quem deveria exercer controle maior no espaço doméstico para manutenção de uma família saudável.

A reivindicada igualdade de gênero para mulheres e homens, também remetem a um clamor por um desenvolvimento econômico e sustentável, pois, de acordo com o UNICEF, quando estiverem em condições de igualdade em termos de acesso aos seus direitos é que as mulheres poderão compor força produtiva economicamente para então apoiar seus países a este tão pretendido progresso.

As mulheres precisam exercer maior influência nas decisões domésticas, inserir-se em trabalho remunerado, sem exploração, e precisam efetivar maior participação na política das suas comunidades e países. Os homens, por sua vez, com ajuda da família e amigos, precisa ajudar nos cuidados com as crianças, para que as mulheres tenham mais tempo para dedicarem-se a suas atividades externas de trabalho, que friso, remunerado. Isso tudo, para o UNICEF, é necessário para existirem crianças bem nutridas, educadas e com saúde, e, conseqüentemente, para reservarem a elas próprias e às suas nações um promissor futuro econômico.

Deste modo, corpos de crianças, homens e, em especial, mulheres de classes pobres, devem ser tornados úteis economicamente, com a utilização de mecanismos que lhes garantam, de acordo com Foucault (2008b), a sujeição e repetido aumento da sua utilidade. Para isso, o UNICEF governa corpos de mulheres como estratégicos mediadores para tanto ser agentes desta produção econômica, quanto para prepararem outros agentes, corpos de crianças. Afinal, corpos inseridos na pobreza só podem ser úteis caso estejam agregados a um aparelho de produção.

O UNICEF também possui práticas de governamentalidade para populações de mulheres e meninas direcionadas de modo específico ao Brasil; sobre elas discutiremos mais detidamente no capítulo seguinte.

3 Documentando Objetivações de Relações de Gênero no/do UNICEF no Brasil

Antes de iniciarmos as análises dos documentos do UNICEF no Brasil, situaremos sobre as políticas públicas direcionadas à família pelo saber médico no início do século XIX no Brasil, com o movimento higienista (ver capítulo 1, item 1.2-4), de modo a condicionar a boa saúde da família com a também boa saúde, educação e acesso aos direitos pelas mulheres.

Discutiremos também a respeito das políticas públicas às mulheres de modo específico, operadas no Brasil desde a redemocratização do país na década de 80 e impulsionadas pelos movimentos de mulheres e feministas que emergiam no período, vários deles com reivindicação por medidas de saúde, melhorias trabalhistas, direitos reprodutivos às mulheres.

Em meio a isso, a ONU e suas agências, como o UNICEF analisado nesta pesquisa, emergem com a justificativa de operar direitos a partir de suas práticas e de uma articulação internacional a fim de inserirem-se nas políticas públicas dos países nomeados membros da organização. A agência opera práticas direcionadas a corpos de crianças, políticas públicas para as mulheres, de modo associado à política para crianças, principalmente para países não desenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil.

3.1 Políticas Públicas para a Família e Mulheres no Brasil

Desde o século XVIII, a família tornou-se espaço privilegiado da medicalização (FOUCAULT, 2008b), onde era possível, a partir das relações de parentesco entre seus membros, estabelecer também um elo para uma homeostase da saúde na qual os corpos fossem cuidados para serem sadios, limpos, purificados, arejados, para bem cumprirem suas designadas funções na sociedade. Portanto, a família, investida do saber médico, desempenha um papel de “pequeno hospital” de caráter provisório e sem custos, para realizar estes referidos cuidados constantemente sobre os indivíduos.

Neste período surge uma vasta literatura com recomendações sobre como realizar cuidados à infância, principalmente direcionados às classes populares, estes tornados encargos obrigatórios da família deste momento em diante (FOUCAULT, 2008b). Assim,

abre-se a um controle coletivo da boa saúde dos corpos dos membros familiares, antes considerado um dever recíproco ocorrido entre eles em âmbito privado.

Aliada a essa política higienista direcionada à família e a infância, emergem no início do século XX no Brasil, políticas configuradas para também agregarem as mulheres (RAGO, 1985). Nesta perspectiva, elas precisavam ser alvo de atenção, pois se considerava que sua saúde implicava na saúde das crianças e da família. Entretanto, a mulher passou a ser subjetivada enquanto pertencente a uma política pública, a partir do movimento feminista, quando elas inseriram-se na década de 80 nas reivindicações de melhorias trabalhistas, de infraestrutura urbana e de serviços coletivos no período da redemocratização (FARAH, 2004).

A partir destas mobilizações de mulheres, lutas por igualdades de classe aconteceram e, no momento subsequente, por desigualdades de gênero e outros temas atendidos como relacionados a elas, como direito a creche, contracepção, sexualidade e saúde da mulher (FARAH, 2004). Tais movimentos, muitas vezes relacionado ao feminismo, foram relevantes para pressionar setores do Estado para produzirem políticas públicas às mulheres.

Construiu-se então uma agenda de políticas públicas na década de 70 relacionada ao tema gênero e associada a uma pauta maior de reivindicações para a redemocratização do país. Essa agenda compunha as temáticas elencadas, principalmente por mulheres de movimentos sociais e do movimento feminista, sobre as prioridades de programas e decisões de políticas públicas a serem atingidas para mulheres (FARAH, 2004).

Na década de 80, surgiram as primeiras políticas públicas concernentes a perspectiva de diferenças de gênero. Em 1983 surgiu o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo – primeiro no Brasil – e foi instaurado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. No ano de 1985, também em São Paulo, surgiu a primeira Delegacia de Violência contra a Mulher (FARAH, 2004). Neste último ano, ainda foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, atrelado ao Ministério da Justiça, e nos anos posteriores ainda realizaram mobilizações e a escrita da Carta das Mulheres para operar influência na construção da Constituição de 1988 em prol de existirem propostas e direitos às mulheres.

Reivindicações por medidas em políticas públicas relacionadas a práticas contra a violência à mulher foram inicialmente direcionadas ao âmbito estadual e municipal do Estado. Na esfera federal, reclamavam-se ações pela saúde da mulher. Em contrapartida, o Estado realizara propostas de investimento na noção de eficiência do gasto sugerida pelo Banco Mundial, a partir de uma feminização da pobreza; contudo, o movimento de mulheres

sugeriu a construção de políticas mais abrangentes que atendam todas as mulheres para além do aspecto econômico (FARAH, 2004).

Na década de 90, por reverberações da Conferência das Mulheres realizada pela ONU em Pequim, a bancada feminina no Congresso Nacional movimentou-se para garantirem cotas nos partidos de candidaturas para mulheres (GROSSI, 2001). Assim, abriram-se espaços para maior participação das mulheres nas ações do Estado. Anos depois, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, com o objetivo de elaboração de políticas públicas específicas a elas, no que tange aos temas de combate à violência, promoção da saúde e direitos humanos, com programas de alcance em todo o país.

Neste ínterim, o UNICEF passara a também elaborar vários documentos direcionados ao Brasil, com sugestões ao Estado de políticas públicas para crianças, com inclusão das mulheres, consideradas parte importante para a produção de corpos de crianças para um futuro adulto ocupado com o desenvolvimento sustentável de sua nação. Assim, realizaremos análise de alguns relatórios, que denominamos documentos, desta agência para o Brasil.

3.2 Construções Históricas do Objeto Infância no Brasil

Antes de discutirmos a respeito das políticas públicas para a infância e subsequente atuação do UNICEF no Brasil, estabeleceremos neste item algumas construções históricas a respeito da emergência do objeto infância no país.

As crianças no Brasil estiveram em diferentes situações ao longo dos três séculos da história da infância no país (DEL PRIORE & LONDONO, 1991). Consideradas miniaturas de adultos, as crianças passaram por circunstâncias de serem queimadas, escravizadas, abandonadas, e por variadas outras violências diárias até poderem usufruir de uma posição social de “indefesa” e demandante de cuidados e proteção.

No período colonial, a infância designava diferentes condições de sobrevivência para uma criança escrava e para uma criança branca. A pessoa escravizada era considerada criança até seus sete ou oito anos, pois logo lhe demandavam ajuda nos trabalhos escravos e localizavam-na socialmente em uma hierarquia social inferior. Antes disso, ela era autorizada a participar de brincadeiras, inclusive com crianças brancas, e a circular livremente nos engenhos ou locais onde moravam (MATTOSO, 1991).

Por diversas vezes, estas crianças escravas não podiam ser cuidados pelos seus pais e mães, pois estes tinham sido vendidos, alforriados, leiloados (MATTOSO, 1991). Ao serem cuidadas pelas mães, recebiam de mamar, podiam brincar algumas vezes, mas tão logo atingiam certa idade, ingressavam na vida do trabalho. Precisavam trabalhar nos campos, nas casas-grande, ou em outro local para onde eram destinadas de modo compulsório. Deste ponto em diante, de crianças elas tornavam-se força de trabalho e iguarias de valor de troca aos seus donos e donas.

Ocorriam altas as taxas de mortalidade infantil no país daquele período, entretanto, não era possível saber da dimensão numérica desta situação, pois nem todas as crianças eram registradas em cartório ao nascerem (SOUZA, 1991). Algumas delas eram abandonadas na porta das casas e tornavam-se alvo de situações climáticas variadas ou até mesmo de ataque animais. Outras, sobreviventes, eram apresentadas para adoção. Tiradas, até mesmo, à força dos seus pais e mães, várias crianças ficavam adultas com reduzida memória dos anos iniciais da sua vida (MATTOSO, 1991).

Mas também poderia acontecer das próprias mães e pais entregarem-nas à Roda de Expostos, instituição criada para abrigar as crianças rejeitadas com a finalidade de, quando adultas, serem encaminhadas para os trabalhos forçados e ser evitado que mais pessoas estivessem em situação de “vadiagem” nas ruas das cidades. Esta Roda surgira na França a fim de (MATTOSO, 1991) conter a população pobre dos possíveis danos higiênicos que ela pudesse oferecer à sociedade e discipliná-la ao trabalho. Neste mecanismo, a criança a ser abandonada era colocada em uma roda que, ao girada, transportava o/a menor para o lado de dentro do espaço.

Aos 12 anos, já não eram consideradas mais crianças, por terem atingido a maioridade (MATTOSO, 1991). De figura ingênua, elas passam a ser força de trabalho e alma de confissão para a igreja. Os marcadores econômicos então realizavam fortes delimitações das possibilidades de vida das pessoas negras no Brasil, tornando a infância das crianças negras um período mais curto do que de outras crianças, as quais estavam posicionadas em uma hierarquia social mais elevada. Elas não mais podem brincar desde então e necessitam trabalhar para pagar as suas despesas a sua dona ou dono. Além disso, também já estavam passíveis a punições com açoites e demais castigos corporais os quais compunham o regime escravista.

No século XIX, mesmo após ter sido abolida a escravidão, muitas crianças ainda ingressavam no trabalho, mas agora na incipiente indústria brasileira, dentre elas a

têxtil, alimentícia, de fumo, de vestuário, de móveis, olarias, tipografias, fundições (MOURA, 1991). Elas foram inseridas por constituírem mão-de-obra barata às fábricas, era muito mais barato contratar menores, com menos experiência nas atividades e menos idade, do que pessoas com mais experiência e idade. Entretanto, diversos acidentes ocorriam com as máquinas usadas nas fábricas, como decepções de mãos, braços, dedos, até que fosse regulamentado a respeito da não mais participação de crianças em trabalhos fabris e em condições nomeadas insalubres, perigosas ou produzam “fadiga demasiada”.

Este trabalho do menor era bastante relacionado a uma atitude filantrópica a qual deveriam praticar as crianças para profissionalizarem-se (MOURA, 1991). Também era analisado socialmente como um instrumento para conter a “vadiagem” e a mendicância das crianças e, por conseguinte, realizar higiene social nas cidades.

O próprio uso da palavra menor, do qual se tem registros em documentos primeiramente no final do século XIX e início do século XX, fora atribuído para crianças para designar suas condições de marginalidade em termos de acessos aos direitos e seus abandonos sociais (LONDONO, 1991), e possuía então uma emergência estigmatizada em relação a crianças pobres. Esta marginalização (PASSETTI, 1991) designava os jovens que não participavam da produção de bens, serviços e demais produtos econômicos, além da não participação nas decisões que concernem o desenvolvimento da sociedade. Antes desse período histórico, a palavra menor referia-se a criança, jovem ou adolescente, portanto, em vários momentos associada à idade.

“Menor” passou a ser utilizado para demarcar juridicamente a idade na qual não se poderia praticar o casamento, neste caso até os vinte e cinco anos, e também a partir de quando já seria possível tornar-se encarcerado se, por ventura, cometera algum crime (LONDONO, 1991) – os menores de quatorze anos poderiam ir para “casas de correção”, as quais foram surgidas no final do século XIX. Emergem instituições para internamento no Brasil com práticas disciplinares, a partir trabalhos físicos e manuais e a justificativa de serem práticas formadoras e educativas aos menores institucionalizados.

Neste período da república brasileira, essa demarcação jurídica do menor, pontuou quais suas possibilidades de vida balizadas pelo mercado de trabalho, o que delimitava em qual idade ele poderia/deveria ingressar em trabalhos noturnos, em trabalhos fabris, ingressar em “casas de correção”, escolas (PASSETTI, 1991). Isso passara a marcar um conjunto de ações cujo não seguimento pelos menores tornava-se motivo para subjetivá-los como desviantes da lei.

Incluindo crianças abandonadas passaram a serem tratadas como caso jurídico e deveriam ser livradas da “vadiagem”, com o aval do Estado e os louvores da imprensa majoritária, pela polícia, que rapidamente as encarcerava para garantir a limpeza das ruas e demais locais públicos, como praças, parques, praias (LONDONO, 1991). Práticas preventivas ou de assistência a estas crianças poderiam ter sido mais eficazes em vez das internações, entretanto, os documentos apontaram para práticas higienizantes e criminalizadoras dos menores, escolhidas por serem bem menos dispendiosas.

Assim, tornou-se necessário um Plano de Proteção à Infância, elaborado pelo Estado, com legislações específicas elencando práticas educativas como resolutórias dos problemas dos menores abandonados no país (LONDONO, 1991). Tais práticas objetivavam direcionar as formas de cuidado da infância e evitar a ela “viciosas” mães e pais, além de retirá-la da responsabilidade criminal ao se aumentar a idade para dezoito anos. A infância passa de caso a ser tratado estritamente pela polícia e transformara-se em caso de assistência e proteção estatal, com intermédio de instituições encarregadas de modo especializado da atenção à infância.

Era necessário higienizar, disciplinar, realizar práticas que permitissem o controle dos corpos de crianças no Brasil, com a justificativa de garantia de saúde, moradia, nutrição, dentre outros direitos nomeados básicos à infância no país (LONDONO, 1991), a partir de políticas públicas muitas vezes direcionadas pelos organismos governamentais, com instituições importadas da Europa e Estados Unidos.

Desta maneira, traçara-se uma construção da infância no país em cada uma das suas fases históricas, Colônia, Império, República, até o período atual, com a emergência das presentes políticas públicas à infância brasileira, de acordo como analisaremos no próximo item.

3.3 Políticas Públicas para a Infância e Documentos do UNICEF no Brasil

A partir da emergência de políticas públicas para crianças, e especialmente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1992, ocorre a demarcação socioeconômica como fundamental à emergência da atenção à criança nomeada carente no país e frisa o Estado, com a constituição de 1988, como primordial para construir políticas sociais (PASSETTI, 1991), em parceria com organizações, conselhos e associações da “sociedade civil”.

Crianças, portanto, em condições socioeconômicas menos favorecidas tornaram-se alvos de ações das políticas sociais por serem fortes candidatos a serem menores infratores (PASSETTI, 1991), algo que precisava ser veemente evitado, em defesa da sociedade. Neste sentido, considerava-se a pobreza como geradora de condutas anti-sociais, e por este motivo ela deveria estar sempre sobre vigilância do Estado, para também vigiar os corpos que a compunham.

Em alguns momentos, essas crianças eram institucionalizadas, por intervenção do Estado quando as encontrava em situação de pobreza (RIZZINI, 2004). Existiam “orfanatos”, “internatos de menores”, os quais funcionavam para “depositá-las” quando analisadas como em situações socialmente degradantes, pois isso era avaliado como risco às demais pessoas da sociedade. Apesar da adesão do ECA ter oferecido condições para reduzir esta prática deste tipo de institucionalização, até o período atual ainda é possível encontrá-la em uso.

Essas políticas sociais ocorrem indissociadas das políticas econômicas (PASSETTI, 1991) e compunha estratégias de disciplinarização dos corpos, tornarem-nos dóceis e economicamente úteis, além de diminuir suas forças políticas e reafirmar lugares de subordinação. Tais ações, portanto, compõem um controle estatal sobre corpos de crianças e adolescentes a fim de evitar seus ingressos na infração das leis e na marginalidade social no país.

Assim, a atuação do UNICEF no Brasil ocorre a partir dos seus escritórios coordenados pelo principal deles, localizado na cidade de Brasília, o qual coordena a produção das publicações nacionais da agência, dentre elas, relatórios, cartilhas, traduções de documentos do UNICEF que estejam em outros idiomas. Os outros escritórios, situados em outras cidades, em geral capitais dos estados, efetivam o acesso a estatísticas regionais para integrar os levantamentos sobre temas considerados de elevada importância e prioridade ao desenvolvimento da infância do país.

Selecionamos alguns desses relatórios descritivos de práticas do UNICEF direcionados ao Brasil para darmos continuidade às análises da objetivação mulher, a partir destes documentos elaborados pela agência.

3.4 Séries nos Documentos

A partir das rupturas históricas ocorridas no âmbito das relações de gênero, iniciamos algumas análises das construções do objeto mulher propostas pelos três relatórios do UNICEF de 2007 a 2009 sobre a situação da infância e adolescência brasileira. Vale mencionar que série para Foucault (2009a), em Arqueologia do saber, compreende um recorte de regularidade de enunciados a serem selecionados pelos critérios de condições de possibilidade dos objetos, de dispersão e entrecruzamento arbitrário de discursos em supostas disciplinas, da maneira como se estabeleceram ordens discursivas; o critério da descontinuidade e da singularidade dos acontecimentos; o campo dos objetos correlatos, porém heterogêneos, e os lugares institucionais ocupados pelas posições de sujeito provisórias.

Foucault também lembra que todo documento é uma montagem e uma produção histórica e que fazer a arqueologia e descrever e analisar os arquivos, que são repletos de conjuntos de discursos-acontecimentos singulares, não são descolados das práticas institucionais e da formulação de sujeitos. Desse modo, também chamamos à cena a ferramenta da genealogia, discutida no capítulo 2, com as acepções de relações de poder, emergência, proveniência, fazendo uma história política da verdade por meio dos documentos-monumentos a serem meticulosamente interrogados. Em consonância com isso, algumas séries de práticas em suas relações imanentes com as de poder e subjetivação (FOUCAULT, 2009a) foram recortadas e uma análise inicial, até o momento, segue abaixo:

3.4.1 Saúde/Reprodução para Higiene de Mulheres e Meninas

Por diversas vezes, remete-se a família como importante dispositivo para disciplina dos corpos de meninas e meninos; com argumento de proteção e saúde, o UNICEF legitima uma prática higienista.

[...] Considerando que as famílias são o espaço natural e privilegiado para garantir que todas as crianças tenham assegurados seus direitos à saúde, à educação de qualidade, à igualdade, à proteção e à participação, com a absoluta prioridade determinada pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos últimos anos, o UNICEF tem desenvolvido uma série de estratégias para fortalecer as competências familiares³ na atenção às crianças de até 6 anos, sempre em parceria com os governos, a sociedade civil, as empresas e as próprias famílias. (UNICEF, 2008, p. 9)

Algumas medidas descritas nos relatórios são tomadas no sentido de constituírem-se prática realizada para se prevenir a evasão escolar de meninas: “No caso das meninas, por exemplo, uma das principais causas de evasão escolar é a gravidez na adolescência.” (UNICEF 2009, p. 21).

Segundo dados divulgados pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), a cada dia cerca de 140 meninas entre 10 e 19 anos têm a gravidez interrompida pelos mais diversos motivos. Ainda assim, o PPACA não inclui uma ação para o acompanhamento de garotas que viveram essa experiência. (UNICEF, 2007; p. 31)

A redução da mortalidade materna faz parte do quinto ODM. Os números identificados pelo UNICEF mostram que entre 2000 e 2005 houve um aumento de 2,1% na mortalidade materna¹³. Enquanto, em 2000, o número era de 52,3 mulheres por cem mil nascidos vivos, em 2005, esse número subiu para 53,4 por cem mil nascidos vivos. (UNICEF, 2008, p. 30)

Ao se referir à gravidez na adolescência e à maternidade, o UNICEF associa a situação apenas às meninas, tratando-a como assunto unicamente do gênero feminino pensado sob uma definição biológica. Mulheres ainda, mesmo meninas, são relacionadas à maternidade, pois primordialmente ainda são disciplinadas para exercerem-na, como expõe Beatriz Preciado (2012). É realizada uma gestão de seus corpos para que contribuam para uma “enfermagem doméstica” (DONZELOT, 1986), que inclua o cuidado das crianças, bem como garanta a saúde da família e, portanto, a construção de lares higienizados e assépticos dos males do mundo.

O saber médico ganha força ao serem utilizados pelo UNICEF para indicar sobre como devem ser os modos de vidas de mulheres e meninas. Como em séculos anteriores (RAGO, 1985), a mulher ainda é considerada cuidadora e com deveres primordiais da família, uma guardiã do lar, naturalizando-se posicionamentos a serem desempenhados por elas na sociedade.

3.4.2 Educação para Disciplina de Mulheres e Meninas

Segundo o UNICEF, principalmente em seu relatório de 2009, dedicado de modo específico ao tema da educação, esta temática deve ter primordial atenção ao serem elaboradas políticas públicas à infância e adolescência do Brasil, focadas nas famílias e mulheres para terem o papel de educar os filhos e filhas e prevenir violações, reduzir a

pobreza, pois, ao serem mantidas mais educadas, elas terão menos filhos e cuidarão supostamente mais deles sob os auspícios dos ditames higienistas e psicopedagógicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que as medidas que retiram ou restringem a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes sejam adotadas em caráter breve e de excepcionalidade¹. Quando aplicadas, elas devem assegurar o pleno desenvolvimento do menino ou da menina, o que inclui a garantia na continuidade de sua escolarização. (UNICEF, 2009b, p. 48)

O acesso à educação infantil traz benefícios claros para a família como um todo. Uma avaliação de creches gratuitas em comunidades populares do Rio de Janeiro aponta que as mulheres pobres que tinham filhos pequenos matriculados em creches e pré-escolas aumentaram sua renda em até 20% (Banco Mundial, 2002). (UNICEF, 2008, p. 37)

Em relação ao gênero, as mulheres apresentam maior escolaridade e adequação aos estudos do que os homens. Segundo a análise Ipea/Pnad 2007, a taxa de frequência líquida no Ensino Médio é de 53,8% para as mulheres, enquanto entre os homens é de 42,4%. (UNICEF, 2009b, p. 17)

Em Teresina, todos os pais de alunos foram convidados para uma reunião de sensibilização nas escolas, com o objetivo de mobilizar os familiares em torno da importância da alfabetização de seus filhos e do valor da educação. Ocorridos entre agosto e setembro, os encontros começaram com a exibição do premiado curta metragem *Vida Maria*, escrito e dirigido por Márcio Ramos. O roteiro mostra uma mulher nordestina moradora da zona rural que não reconhece a importância da educação. “Não perca tempo desenhando seu nome”, diz a protagonista à sua filha, ainda criança. “Vá lá para fora encontrar o que fazer. Tem o pátio para varrer, tem de levar água para os bichos.” A intenção era mobilizar os pais. Muitas mães se emocionaram ao reconhecer sua história de vida na tela. (UNICEF, 2009b, p. 46)

Além disso, é mencionada no relatório a existência da necessidade de “ocupar o tempo” das crianças da referida comunidade no nordeste do país. As chamadas “mães educadoras”, com a incumbência de cuidar da educação destas crianças, ficam atentas, como “guardiãs” da educação, para que todas estejam realizando tarefas.

O mais novo movimento dessas mulheres é o Musicarte. Trata-se de atividades de música no contraturno escolar para meninos e meninas de 7 a 16 anos egressos do Sementinha. É uma forma de ocupar o tempo em uma região praticamente sem opções de lazer. As instruções de flauta doce, violão e bateria dos 84 participantes acontecem na sede da AME, que funciona em um espaço cedido por uma voluntária. “No fim de 2008, participamos de um espetáculo para mostrar o que sabemos”, diz a garota Luamir Bonfim de Souza, de 12 anos. (UNICEF, 2009b, p. 117)

A educação é atribuída como de responsabilidade da mulher mãe, configurando uma centralidade desta figura nos relatórios do UNICEF, pois é ela quem deverá realizar afetivamente os cuidados domésticos, tarefas estas atribuídas a ela no início do século XIX no Brasil (RAGO, 1985), mas ainda naturalizada enquanto incumbência unicamente da mulher.

Mulheres, agentes de saúde, pajés, parteiras e tuxauas (lideranças tradicionais) também realizam encontros para discutir temas como a revitalização da educação repassada no convívio diário do seio familiar, o resgate da medicina tradicional e outras ações em prol do desenvolvimento da comunidade. (UNICEF, 2009b, p. 90)

As mulheres são mostradas como responsáveis pelos cuidados para com tradições de suas comunidades, sob uma alegação de revitalizarem a educação, bem como o desenvolvimento da sua comunidade.

3.4.3 Violação dos Corpos e Direitos de Mulheres e Meninas

Ao se referir à violência contra mulher, o relatório evidencia sobre uma determinação e uma origem da violência de maneira biológica localizada na figura classificada como masculina – o homem parceiro amoroso; e com a bebida alcoólica, este é relatado como prejudicial à vida e saúde da família.

Na classe multisseriada da professora Iolanda Maria de Santana, na Escola Municipal Luiz José de Santana, em Lagoa de Itaenga, a 64 quilômetros do Recife (PE), os alunos refletem com propriedade sobre um tema difícil: a violência. “Violência é bater na mulher... no filho”, define prontamente Sandro Epifânio do Nascimento, de 6 anos. Muitos deles, como João (nome fictício1), de 9 anos, foram vítimas de agressão física, psicológica ou verbal e já se comportaram de forma hostil na sala de aula. Sem rodeios, o garoto relata seu cotidiano antes de o pai sair de casa. “Meu pai bebia muito. Ele ganhava 100 reais e conseguia gastar tudo em bebida. Aí, ficava nervoso e batia.” (UNICEF, 2009b, p. 75)

A violência contra a mulher, segundo Pitanguy (2006), ainda é fortalecida pelas construções de hierarquias das relações entre homens e mulheres, nas quais a mulher encontra-se posicionada como vítima e o homem como o agressor, permanecendo a dualidade da análise da violência, sem referirem-se outras relações de poder existentes nestas circunstâncias.

A educação contextualizada proposta pela Peads permite que as famílias e outras instituições da comunidade fiquem mais próximas da escola, que assume um papel de agente de transformação social. A apresentação da pesquisa para a comunidade, por exemplo, impulsiona a ação em parceria com outros atores, como o Conselho Tutelar, as associações de bairro e o poder público. “Não dá para saber que o maior índice de violência na comunidade é contra a mulher e ficar parado. É preciso fazer os encaminhamentos necessários”, afirma Gilmara Almeida. Pais e mães, como Luciene Maria do Nascimento, também se tornam mais conscientes. Ela conta que batia em seus filhos, mas afirma que, com o projeto, viu que isso era errado. “Eu batia porque era nervosa e achava que podia bater”, justifica. (UNICEF, 2009b, pp. 76-77)

Os interditos, proibições e violências são mencionadas por Foucault (FOUCAULT, 2008b) como formas limites das relações de poder. Nesta circunstância de violência, para o UNICEF, a educação é frisada como importante aliada na realização de ações, pois atuará diretamente na disciplina dos indivíduos e suas condutas.

[...] a sociedade pode acompanhar como o poder público federal está utilizando os impostos; entender que programas e ações estão sendo priorizados; e fazer um mapeamento geográfico para identificar se os recursos estão sendo destinados de forma a garantir a equidade de direitos a meninos e meninas brasileiros. Junto como o SimIC, o UNICEF lançou o *Boletim Investimento Criança (BIC)*, publicação semestral que analisa a destinação desses recursos. (UNICEF, 2009b, p. 129)

Ainda que seja mencionado que devem ser levadas em consideração as especificidades e diferenças de cada região, o que é proposto é uma igualdade de gênero nas políticas para meninos e meninas.

3.4.4 **Mulher, Sexo e Biopolítica**

A aceção de que a sexualidade encontra-se reprimida na sociedade atual é enfaticamente recusada por Foucault (2006a) em seu livro *História da Sexualidade 1*. Afinal, em variadas situações se menciona a respeito do ato sexual como mostra de uma sexualidade supostamente implícita para se exercer uma sexualidade explícita, a qual se inseriu em um nomeado regime de liberdade.

Assim, este autor (FOUCAULT, 2006a) propõe investigar quais desenhos políticos e por meio de quais racionalidades operam os modos de atingir o âmbito da micropolítica do poder, controlando as formas de exercício do prazer, associadamente à

biopolítica, a qual não mais objetiva a gestão de corpos disciplinados dos indivíduos, mas também o governo dos corpos das populações.

A sexualidade, então, pode ser utilizada como instrumento de governo das populações, segundo Foucault (FOUCAULT, 2006a). E neste ponto, ligamo-nos às práticas do UNICEF, o qual se utiliza deste dispositivo para realizar a regulação da vida das populações de mulheres e crianças no Brasil.

Baseado no conteúdo do kit Família Brasileira Fortalecida¹, o *Almanaque da Família Brasileira* conta a história de Roberto, um menino filho de dois jovens de famílias pobres, residentes em área urbana. O *Almanaque* acompanha a vida do garoto desde a sua gestação até o seu sexto ano, quando ele já está na escola, e explica de maneira simples todos os direitos das mulheres grávidas e das crianças e também todos os cuidados de que elas precisam para crescer saudáveis e desenvolver todo o seu potencial. (UNICEF, 2009, pp. 36-37)

A partir de suas publicações de documentos, a agência, com a referência do sexo, opera uma regulação das famílias pobres, em favor da higiene das crianças, a partir da mulher como suporte principal a estas práticas. Para tanto, faz-se relevante ao UNICEF também referir-se a uma igualdade de gênero entre meninas e meninos.

No próximo item, realizaremos discussão a respeito das análises realizadas neste capítulo 3, em vista da governamentalidade empreendida pelo UNICEF no Brasil.

3.5 UNICEF no Brasil para o Governo da Família, da Infância e da Mulher

A partir das análises neste terceiro e último capítulo sobre a atuação do UNICEF no Brasil, ao longo dos anos, notamos atenção especial pela agência a alguns aspectos da população de meninas e mulheres sobre pontos a serem tomados como relevantes ao Estado enquanto políticas públicas destinadas à infância no país.

Um destaque realizado fora a respeito do necessário controle de corpos de mulheres e meninas no quesito reprodução, a fim de ser evitada gravidez precoce e sua consequente evasão escolar às meninas. Isso aponta a conduta sexual como alvo de intervenções e governo (ALTMANN, 2007) do UNICEF, com alegação de ser uma importante medida de saúde às meninas do país.

Desta maneira, a gravidez é em diversos momentos alvo de sugestões de políticas de saúde e como uma experiência que não deve ser vivida no período de infância ou adolescência, pois, caso aconteça nestes períodos, torna-se gravidez nomeada precoce e passa

a ser tratada como problema de saúde pública (ALTMANN, 2007), a ser gerido pelo saber médico, pelo Estado e por agências que elaboram sugestões a corpos de crianças e adolescentes. Nesta circunstância, considera-se a saúde e a reprodução de mulheres e meninas uma prioridade, a fim de prevenir uma gravidez indesejada ou não planejada e, por conseguinte, um elevado problema social, em especial em classes sociais mais pobres.

Ao ser mencionado sobre gravidez nos relatórios do UNICEF para o Brasil, são as meninas quem são associadas ao tema da maternidade, a qual por diversas vezes é advertida quanto a seus “perigos”. Nesta associação das mulheres, meninas ou adultas, à maternidade, há também uma relação delas à figura da mãe cuidadora do lar e guardiã da família (RAGO, 1985), bem como da higiene de cada um dos seus membros para garantir que eles desempenhem saneadas condutas e construam possibilidades a um promissor futuro para todos os membros da família.

A educação é considerada uma atividade importante e presente na vida de crianças e adolescentes, notoriamente para a disciplina das meninas e mulheres a fim de permitir a prevenção da gravidez e do trabalho precoce, além de garantir a redução da pobreza no país. Quem, portanto, possui a tarefa principal de vigiar esta educação das crianças, segundo o UNICEF, são as mães, repetidas vezes referidas nos relatórios como personagens fundamentais nas práticas de cuidado das crianças. São também as mulheres aquelas que devem, segundo o UNICEF, manter cuidados com tradições de suas comunidades, pois a educação da família e da comunidade é naturalizada como sua tarefa indissociável.

Outro tema apontado em relação às mulheres é a violência, cuja autoria é naturalizada como do parceiro amoroso, homem, motivado devido à ingestão de bebida alcoólica, apontado em muitas pesquisas como uma das principais “causas” da ação de violência contra a mulher (BARBOSA, 2009).

Ao propor sugestões a corpos de meninas e mulheres no Brasil, o UNICEF pretende interferir não só de modo individual nas suas vidas, mas também interferir nos espaços (CAPONI, 2001) onde estão localizadas estas populações. Esta intervenção é feita de modo calculado, apoiado por estatísticas e pesquisas para embasar a gestão destes corpos a serem tornados úteis para o desenvolvimento econômico da nação.

A família, para o UNICEF, é considerada elemento estratégico para apoiar a gestão de corpos de meninas e mulheres, pois ela permite transformar as condutas dos indivíduos (FOUCAULT, 2009b) em variados âmbitos, como a sexualidade, número de

filhos, demografia. Desta maneira, são realizadas referências específicas sobre a família brasileira a fim de operar ações direcionadas a meninas e mulheres do país.

Portanto, no próximo item realizaremos as conclusões deste trabalho, a fim de frisarmos as principais análises feitas no relatório mundial referido no capítulo 1, juntamente aos relatórios nacionais referidos no capítulo 3, com a perspectiva da atuação da agência do UNICEF a partir da governamentalidade dos corpos de crianças.

Conclusões

Diante da análise do relatório mundial a respeito do duplo dividendo da desigualdade de gênero, para com as mulheres e crianças, e do posterior debate sobre a objetivação relações de gênero, objetivação mulher e da perspectiva genealógica de Foucault, analisamos os documentos do UNICEF, juntamente as suas imagens, direcionados para a infância no Brasil, para então realizarmos as análises finais da presente pesquisa.

No primeiro relatório analisado no capítulo 1 (2007a), o UNICEF realiza direta associação de mulheres a crianças, ao produzir um documento cujo objetivo é extirpar um nomeado duplo dividendo mundial sobre desigualdade de gênero entre mulheres e crianças. Segundo a agência, para transformar-se em um futuro adulto capitalizado e operador de um desenvolvimento sustentável ao seu país, as crianças precisam ter apoio de mulheres, suas mães, para terem acessos à educação, saúde e não passarem por situações de violência, todos estes considerados impedimentos para saída da situação de pobreza.

[...] otimizar a igualdade de gênero por meio de sete instrumentos fundamentais: educação, financiamento, legislação, cotas legislativas, envolvimento de homens e meninos, aumento do poder da mulher e pesquisas e dados de melhor qualidade – porque as mulheres somente terão poder quando a igualdade for atingida, e só então elas e suas crianças poderão prosperar. (UNICEF, 2007b, p. 15)

As mulheres permanecem disciplinarizadas para fazerem-se maternais nesta perspectiva, e devem protagonizar uma “enfermagem doméstica”, expressão esta ainda atual e cunhada por Donzelot (1986) para referir-se a esta mulher que realiza o cuidado do espaço doméstico para livrá-lo das enfermidades e manter sua boa saúde e sua moral. Ela deve exercer a polícia e vigilância normatizadora das condutas de cada um dos membros da família, cuidando para eles não estarem em espaços degradantes prejudiciais a sua saúde.

Elas são estreitamente relacionadas ao cuidado não somente doméstico, mas também na política e, em especial, nos processos de instauração da paz e reconstrução de países após conflitos armados ou guerras. Mulheres são aí naturalizadas como apaziguadoras, as gestoras privilegiadas dos conflitos das populações por antes já desempenharem o cuidado dos corpos nas famílias.

As mulheres são nomeadas “advogadas das crianças” pelo UNICEF, por lhes serem atribuídas incumbência maior de proteção dos direitos da infância, bem como de agir para a produção de leis favorecedoras para o alcance das necessidades básicas da infância mundial, como a nutrição, educação e saúde, para que a criança tenha o direito principal à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção.

Já nos relatórios para o Brasil (UNICEF, 2008; UNICEF, 2009b), analisados no capítulo 3, a ligação entre mulher e crianças é ainda encontrada. Meninas e mulheres são alertadas quanto a reprodução precoce, o não acesso à educação, a cultura e ter passado por situação de violência como empecilhos à produção de um adulto saudável e contribuinte ao desenvolvimento do país.

Nestes documentos, o UNICEF pretende operar influência nas políticas públicas para crianças no país, realizando relatórios exclusivos destinados ao país com estatísticas e pesquisas amparadas por vários saberes e atuadas por instituições governamentais e não governamentais nomeadas parceiras da agência.

A família é legitimada pelo UNICEF como forma organizacional apropriada, partindo de um modelo familiar burguês (BOARINI, 2003), com objetivo de sanar corpos de crianças para sua proteção. Assim, apoia-se primordialmente no saber médico para sugerir a não ocorrência de gravidez nomeada precoce, por ser considerada como prejudicial para o desenvolvimento das meninas, em especial, na sua educação. Neste momento a família precisa cumprir papel primordial tanto na constituição de disciplinas, com efeitos tanto no espaço privado quanto no posterior espaço público (SCHEINVAR, 2006), neste caso com a produção de corpos de meninas orientados para práticas educativas e posteriores práticas de trabalho.

A agência, assim como outras organizações posiciona-se de modo a dizerem sobre o “correto” e “incorreto” a respeito das crianças e adolescentes (SCHEINVAR, 2006) e atestam se as famílias são capazes ou não de interferirem de modo considerado adequado nas vidas e corpos destes jovens – caso sejam realizadas práticas não aceitáveis, a família pode ser caracterizada como “desestruturada” e estas crianças e adolescentes imediatamente retiradas dos seus auspícios.

É também mencionado nos relatórios sobre a violência às mulheres, localizando-a em uma origem biológica ao associar uma nomeada causa ao homem e sua relação com bebida alcoólica. Quanto à educação, o UNICEF menciona-a como relevante operador de uma disciplina (FOUCAULT, 2008a) de corpos de mulheres e meninas para não

inserir-se em uma gravidez nomeada precoce, para terem menos filhos e saírem de situação de pobreza, fatores estes considerados prejudiciais à constituição de um futuro econômico promissor a elas.

Diferenças encontradas entre relatório mundial e relatórios para o Brasil do UNICEF incluem sobre a relação direta de mulher e desenvolvimento econômico mundial, enquanto que nos relatórios brasileiros não é feito isso diretamente; diz-se de uma necessária redução da pobreza para o crescimento saudável da população de meninas no país.

Por semelhanças, notamos o posicionamento do UNICEF em relação à família, esta representada como elemento estratégico para atuar no sentido de modificação das condutas de meninas e mulheres, estas personagens de destaque na atuação em proteção à infância de possíveis práticas de desvio nas quais possam inserir-se. A maternidade é considerada indissociada de corpos de mulheres, segundo o UNICEF, de modo a torná-la uma tarefa instintiva, biológica, de condutas universais e generalizáveis às mães de um país ou do mundo. Isso contrapõe a discussão, admitida por nós, de uma maternidade a ser construída ou não enquanto modo de vida das mulheres (BADINTER, 1985).

Desta maneira, ao serem demarcadas a família e as mulheres, corpos de crianças e de mulheres são capitalizados pelo UNICEF (LEMOS, 2012), para constituição de sujeitos empresários de si, os quais deverão fazer-se produtivamente úteis ao capitalismo, geradores de renda, além de politicamente dóceis. A agência então opera uma governamentalidade sobre esses corpos para exercer controle sobre eles, utilizando-se de saberes, dentre eles a estatística, com a finalidade de prescrever normalizações sobre como deve ser configurada a família, lugar considerado ideal para sanear os corpos de crianças e mulheres.

Essa higienização liga-se a uma proposta do UNICEF de medicalização da população (LEMOS, 2012). Com a justificativa de defesa social para potencializar a saúde e a vida, a agência realiza um projeto racista mundialmente a fim de eliminar a pobreza, esta muitas vezes associada ao atraso e impeditiva de um bom funcionamento econômico mundial.

Portanto, para o UNICEF, é preciso gerir os riscos para ajustar e adaptar as populações de crianças pobres dos países, incluindo o Brasil, para serem incluídas (LEMOS, 2012) em uma lógica de geração de renda. Isso envolve ajustar presumidos déficits de educação, saúde, para configurar um projeto político com a finalidade de governar as vidas de modo econômico para regulação dos corpos para evoluírem a um modelo adulto saudável.

As práticas desta agência favorecem um saber médico com o objetivo do controle dos corpos com uma medicalização autoritária (FOUCAULT, 2008b) das classes pobres, quando demarcam países nomeados não desenvolvidos ou em desenvolvimento como seus principais alvos, para tais classes comporem-se mais úteis ao trabalho e efetivarem-se menos arriscadas aos mais ricos.

Conectado às políticas públicas propostas pelo UNICEF, o saber médico, então, age em meio a esta trama de modo a realizar controle social das populações de crianças no país, mas também constrói um sujeito que não mais está definido pelos direitos soberanos, e sim a partir de uma gestão calculada da vida (CAPONI, 2001), por meio de sugestões descritas nos seus documentos publicados.

A recomendação dessas políticas marca uma interferência e até mesmo uma hibridização da esfera pública na esfera privada (SCHEINVAR, 2006), o UNICEF objetiva interferência nos Estados, assim como nas famílias e nas suas maneiras de operar a construção dos modos de vida crianças e adolescentes no país. Essas intervenções atuam na preparação das famílias para atingirem determinadas ordens públicas, mais higienizadas e economicamente mais úteis.

Há uma incorporação das políticas públicas em uma lógica econômica para o investimento na vida da população (FOUCAULT, 2008c), com estratégias de intervenção de diferentes saberes para permitir certas possibilidades de vida a esta população e orientá-la para o mercado neoliberal. Por isso torna-se relevante permitir o acesso aos direitos sociais (GUARESCHI, LARA, & ADEGAS, 2010), considerados pela Constituição Brasileira de 1988 como o direito à moradia, educação, saúde, lazer, à segurança, à alimentação, à proteção da maternidade e a também proteção da infância. A garantia destes direitos via políticas públicas colabora com a construção de cidadãos de direitos e o sujeito livre, personagem de destaque ao funcionamento do capitalismo.

Desta maneira, o UNICEF pretende assegurar políticas que facilitem o aumento da utilidade dos corpos de crianças e mulheres (FOUCAULT, 2008b) que estejam inseridos na pobreza, pois esta se tornará também útil caso esteja atrelada a um aparelho de produção do mercado. Falar, então, na necessidade de uma igualdade de gênero entre essas populações, como se faz no primeiro relatório analisado, constitui o uso da sexualidade como instrumento para o governo das mesmas em direção a um desenvolvimento econômico.

Por ora, então concluímos as análises finais deste trabalho de pesquisa, para então nos propor às considerações finais, aos questionamentos, contribuições e possíveis outras reverberações que este texto possa operar.

Considerações Finais

Após o esmerilar diário deste trabalho por um longo tempo, como linhas finais, para o mestrado e não para uma vida de pesquisa e inquietações, desenhamos alguns contornos que, em especial por serem incipientes, provocam/suscitam muitas outras demandas de pesquisas e de estudos a respeito dos temas e questões abordadas nesta dissertação. Além disso, marcamos os diversos deslocamentos os quais, por ora abriram espaços de criação, por outro nos movimentaram inclusive geograficamente ao fechamento desta etapa rumo a construções de novas problematizações e campos de análise crítica.

Foram amplos exercícios filosóficos realizados para construir o início de uma escrita de afirmação política, suscitada pelo encontro com relevantes autoras e autores, a respeito das temáticas debatidas nesta pesquisa. Então, mais do que um término acadêmico, este trabalho materializa a firmação de uma responsabilidade e estabelecimentos de alianças para com práticas políticas e aponta pistas de mais uma ferramenta usada para suscitar mudanças coletivas, bem como mudanças em nós mesmos. Não se trataram de deslocamentos apenas teóricos, mas políticos e também de vida.

Deste modo, lembramos que neste trabalho nosso objetivo foi analisar as objetivações de mulher em documentos do UNICEF, dentre um relatório mundial específico sobre o duplo dividendo da desigualdade de gênero, e relatórios sobre o Brasil, dentre os anos 2007 e 2009. Atentamo-nos em realizar uma produção com uso de várias autoras e autores, principalmente de Foucault, utilizando-os como ferramentas para rachar as palavras e abri-las aos questionamentos e discussões, sem considerar seus debates verdades últimas e sim como moveções práticas imanentes de acordo com as combinações de saberes, poderes e subjetivações na história.

A partir das discussões realizadas, questionamo-nos a respeito das práticas, muitas vezes racistas e medicalizantes, feitas por essa referida agência de atuação mundial, de modo a relacionar corpos de crianças e mulheres em um dispositivo familiar, com a justificativa de construir o futuro desenvolvimento econômico das nações, incluindo o Brasil. Notamos que alguns organismos multilaterais, no caso deste trabalho especificamente relacionados à ONU, evidenciam operações de políticas públicas e interinfluências em Estados do mundo inteiro.

Produzimos uma análise genealógica e frisamos algumas emergências de práticas do UNICEF, organização que se denomina protetora dos direitos das crianças e adolescentes do mundo, mas que, não coincidentemente centraliza sua atuação nos países mais pobres com práticas de produção de eliminação da pobreza, e é por este motivo que se condicionam os acessos aos direitos a mulheres, crianças e adolescentes. Assim, com o presente trabalho, realizamos contribuições a debates no campo dos estudos da genealogia foucaultiana, das relações de gênero e da análise de documentos.

Entretanto, ainda que tenhamos adicionado um ponto final na pesquisa, marcamos algumas lacunas ainda existentes, necessidades a serem registradas para abrirem-se portas a outras pesquisas. Uma delas é a necessidade de realizar um maior levantamento histórico sobre políticas públicas para a juventude e para as mulheres no Brasil, além de levantar quais políticas sugeridas pelo UNICEF tem sido efetivamente praticadas pelo Estado brasileiro, além de saber quais agências, organizações e órgãos governamentais ou não estão envolvidos e como o tem feito.

Dentre outras lacunas, também apontamos a necessidade de serem ampliados os eixos de análises dos relatórios nacionais do UNICEF a respeito da objetivação mulher, crianças, adolescentes ou adultas, levantando temáticas regionais, históricas, sociológicas. Isso poderá oferecer maior densidade nas futuras análises a serem feitas sobre as prescrições direcionadas à juventude brasileira.

É importante ressaltar que o estudo levantou problematizações diversas que deram potência ao trabalho ora finalizado, mas também representaram dificuldades dadas as inúmeras demarcações realizadas pelo UNICEF em seus relatórios que atravessam as proposições desta agência para as mulheres em todas as idades.

Assim, notoriamente, há uma lacuna de literatura e de debate a ser empreendida, que nos parece exigir mais tempo do que o previsto no período de realização de mestrado e que implica num aprofundamento em rigor e densidade de anos a fio de pesquisa a respeito dos desdobramentos desta dissertação e das análises dos documentos levantados.

Também vale declarar que não é simples realizar pesquisas documentais, históricas e estudar os trabalhos de Michel Foucault, pois, a erudição exigida no trato com estes assuntos e com este autor é algo que demanda muito fôlego de leitura e uma analítica refinada, que só é adquirida em anos de dedicação!

Apesar destas dificuldades, este trabalho teve o mérito de iniciar um estudo e apresentar sua relevância e consegue instigar e levantar perguntas e problematizações de

interesse da sociedade e da universidade, de movimentos sociais e de organismos multilaterais; também assinala pontos que merecem destaque e difusão entre pesquisadores que se interessam pelos estudos de relações de gênero, mulheres e políticas internacionais no campo dos direitos humanos.

Ao nos utilizarmos do analisador relações de gênero para provocar rachaduras, frestas, problematizações de relatórios do UNICEF, abrimos a possibilidade não somente para questionarmos os usos das objetivações de mulher e meninas, mas também sobre feminino, masculino, homem, menino, e suas implicações nos modos como as pessoas constroem seus modos de vida e suas relações de gênero. Assim, podemos notar quais modos de fazermos-nos inserem-se em cristalizações ou em diferenças, e de que modos agências nacionais e internacionais, governamentais ou não, também são agentes produtores destas possibilidades.

Notamos que futuras pesquisas podem ser realizadas para análise da objetivação mulher de modo a incluir outros tipos de documentos do UNICEF Brasil, ou documentos de outros anos ou com outras agências da ONU, como a ONU Mulher. Podem ser analisadas outras organizações, governamentais ou não, bem como suas relações com o Estado brasileiro e com as políticas públicas para mulheres e para juventude implementadas no país.

Finalizamos então esta pesquisa, porém, ainda nos ficam interrogações, e as possibilidades de análises e construções de estatutos de verdade e suas diferentes potências políticas. Como espaços de possíveis podem ser edificados sem que o fim seja corpos úteis ao mercado? Quais e como práticas podem ser arquitetadas em termos de políticas públicas aos países? Como podem ser possíveis governos que permitam mais espaços de liberdade e menos dominação?

A “verdade” não é, conseqüentemente, algo que exista e que devamos encontrar e descobrir — mas algo que é preciso criar, que dá seu nome a uma *operação* melhor ainda, à vontade de alcançar uma vitória, vontade que, por si mesma, é sem finalidade: introduzir a verdade é um *processus in infinitum*, uma *determinação ativa*, — e não a manifestação na consciência de algo que seja em si fixo e determinado. É uma palavra para a “vontade de potência”. (NIETZSCHE F. , 2012)

Referências

- ALTMANN, H. (2007). A Sexualidade Adolescente como Foco de Investimento Político-Social. *Educação em Revista* , 46, 287-310.
- ARÁN, M., & PEIXOTO JÚNIOR, C. A. (2007). Subversões do Desejo: sobre Gênero e Subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* , 28, 129-147.
- ARIÈS, P. (2011). *História Social da Criança e da Família* (2ª Edição ed.). Rio de Janeiro: LCT.
- BADINTER, E. (1985). *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BARBOSA, P. C. (2009). Violência Contra a Mulher na Contemporaneidade - Construindo Laços de Fugas e Desatando os Nós de Aprisionamento. *Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia* . Niterói.
- BOARINI, M. L. (2007). A Higiene Mental e o Saber Instituído. *Mnemosine* , 3, 3-17.
- BOARINI, M. L. (2003). Refletindo sobre a Nova e a Velha Família. *Psicologia em Estudo* , 8, 1-2.
- BUTLER, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, J., & PRECIADO, B. (21 de Abril de 2012). *Núcleo Transdisciplinar de Investigações de Sexualidades, Gênero e Diferenças*. Acesso em 30 de Abril de 2012, disponível em Blog do Núcleo Transdisciplinar de Investigações de Sexualidades, Gênero e Diferenças: <http://www.inanna.net.br/2012/04/judith-butler-y-beatriz-preciado-en.html>
- CAPONI, S. (2001). Corpo, População e Moralidade na História da Medicina. *Revista Esboços* , 9 (9), 69-86.
- CONANDA. (2003). *Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)*. Brasília: Civilização Brasileira.

- DEL PRIORE, M. (2009). *História das Mulheres no Brasil* (9ª ed.). São Paulo: Contexto.
- DEL PRIORE, M., & LONDONO, F. (1991). Introdução. In: M. DEL PRIORE, *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- DELEUZE, G. (2007). *Conversações, 1972-1990* (7ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- D'INCAO, M. Â. (2009). Mulher e Família Burguesa. In: M. Del Priore, *História das Mulheres no Brasil* (9ª ed., pp. 224-240). São Paulo: Contexto.
- DONZELOT, J. (1986). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DUARTE, A. (2008). Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI. *Revista Cinética*, 1-15.
- EWALD, F. (1993). *Foucault, A Norma e O Direito*. Lisboa: Editora Vega.
- FARAH, M. F. (2004). Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas* (12), 47-71.
- FARHI NETO, L. (2010). *Biopolíticas: As Formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura.
- FONSECA, C. (2009). Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: M. Del Priore, *História das Mulheres no Brasil* (pp. 510-553). São Paulo: Contexto.
- FOUCAULT, M. (2009a). *A Arqueologia do Saber* (7ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2006b). *A Hermenêutica do Sujeito* (2ª Edição ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2005a). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, M. (2005b). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2006a). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (2008b). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (2008c). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

- FOUCAULT, M. (1995). O Sujeito e o Poder. In: H. L. DREYFUS, & P. RABINOW, *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2009b). *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008a). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GROSSI, M. P. (2001). Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. *Revista Estudos Feministas*, 9 (1), 167-206.
- GUARESCHI, N. M., LARA, L. d., & ADEGAS, M. A. (2010). Políticas Públicas entre o Sujeito de Direito e o Economicus. *Psico*, 41 (3), 332-339.
- HOROCHOVSKI, R. R., & MEIRELLES, G. (2007). Problematizando o Conceito de Empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia* (pp. 485-506). Florianópolis: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.
- LE GOFF, J. (2003). *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LEMOS, F. C. (2008). A Educação como Dispositivo de Proteção às Crianças e Adolescentes segundo Práticas do UNICEF. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (3), 559-577.
- LEMOS, F. C. (2012). Crianças e Adolescente para o UNICEF: Desenvolvimento e Economia Política.
- LEMOS, F. C., & CARDOSO JÚNIOR, H. C. (2009). A Genealogia em Foucault: Uma Trajetória. *Psicologia e Sociedade*, 23 (3), 353-357.
- LEMOS, F. C., GOMES, G. d., MEDEIROS, L. G., & SILVA, A. L. (2010). A Análise Documental como Instrumento Estratégico para Michel Foucault. In: F. C. Lemos, & A. Pimentel, *Itinerários de Pesquisa em Psicologia*. Belém: Editora Amazônia.
- LONDONO, F. T. (1991). A Origem do Conceito Menor. In: M. DEL PRIORE, *História da Criança no Brasil*. Contexto.
- MATTOSO, K. d. (1991). O Filho da Escrava. In: M. DEL PRIORE, *História da Criança no Brasil* (p. 304). Contexto.

- MIRANDA, D. S., BRÍCIO, V. N., & MIRANDA, L. C. (2012). Alguns Elementos Históricos da Objetivação das Relações de Gênero no Brasil e seus Efeitos nos Movimentos Feministas. In: F. C. Lemos, A. L. Silva, C. d. Santos, & D. L. Silva, *Transversalizando* (pp. 343-350). Curitiba: Brasil.
- MISKOLCI, R. (2007). A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: Por uma Analítica da Normalização. *Anais do Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas.
- MOURA, E. B. (1991). Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: M. DEL PRIORE, *História da Criança no Brasil*. Contexto.
- NIETZSCHE, F. (2005). *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, F. (2012). *Vontade de Potência*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- ONU. (2012). *A ONU e as Mulheres*. Acesso em 06 de 2012, disponível em Site Nações Unidas no Brasil: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>
- PASSETTI, E. (1991). O Menor no Brasil Republicano. In: M. DEL PRIORE, *História da Criança no Brasil*. Contexto.
- PEIRANO, M. (2009). O Paradoxo dos Documentos de Identidade. *Horizontes Antropológicos*, 32, 53-80.
- PERROT, M. (1995). História das Mulheres no Ocidente. *Cadernos Pagu*, 5, 9-28.
- PITANGUY, J. (2006). Saúde, Corpo e Sociedade. In: A. N. SOUZA, & J. PITANGUY, *Saúde, Corpo e Sociedade* (pp. 145-156). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RAGO, M. (1985). *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RAGO, M. (1998). Epistemologia Feminista, Gênero e História. *Masculino, Feminino, Plural*, 1-17.
- RIZZINI, I. (2004). *A Institucionalização de Crianças no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- ROSEMBERG, F. (2002). Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. *Revista Cadernos de Pesquisa* (115), 25-63.

- SCHEINVAR, E. (2006). A Família como Dispositivo de Privatização do Social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58 (1), 48-57.
- SCOTT, J. (1990). Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2), 5-22.
- SCOTT, J. W. (2005). O Enigma da Igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13 (1), 11-30.
- SILVEIRA, F. L., & FILHO, M. F. (2005). Por uma Antropologia do Objeto Documental: Entre "A Alma nas Coisas" e a Classificação do Objeto. *Horizontes Antropológicos*, 11, 37-50.
- SOUZA, L. d. (1991). O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: M. DEL PRIORE, *História das Crianças no Brasil*. Contexto.
- TONELI, M. J. (2004). Direitos Sexuais e Reprodutivos: Algumas Considerações para Auxiliar a Pensar o Lugar da Psicologia e sua Produção Teórica sobre a Adolescência. *Revista Psicologia e Sociedade*, 1 (16 (Número Especial)), 151-160.
- UNICEF. (2009). *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009. O Direito de Aprender: Potencializar os Avanços e Reduzir Desigualdades*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF. (2009b). *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009. O Direito de Aprender: Potencializar os Avanços e Reduzir Desigualdades*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF. (2008). *Situação Mundial da Infância 2008: Caderno Brasil*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF. (2007a). *Situação Mundial da Infância. Mulheres e Crianças: O Duplo Dividendo da Igualdade de Gênero*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF. (2007b). *Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes - A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e Para a Adolescência*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF. (2009a). *UNICEF Brasil*. Acesso em 14 de Outubro de 2009, disponível em Site do UNICEF Brasil: www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.htm
- VEYNE, P. (2003). *Como se Escreve a História* (4ª Edição ed.). Brasília: Editora UNB.